

AÇÃO UNIDA CONTRA O PACTO DO ATLÂNTICO SUL

VOLTAR-SE MAIS E MAIS PARA AS MASSAS

CONTINUA o governo a trilhar o caminho da capitulação aos trusts e monopólios norte-americanos. Surdo aos protestos populares, das correntes nacionalistas que se encontram em todos os partidos políticos e dos setores patrióticos das Forças Armadas, o Sr. Juscelino Kubitschek, depois de entregar a Ilha de Fernando de Noronha aos militaristas ianques, enviou uma delegação a Buenos Aires para participar da Conferência do Atlântico Sul, que tem como objetivo criar um bloco militar agressivo, sob o controle do governo dos Estados Unidos na parte meridional do continente americano.

EXECUTANDO sua política antinacional, o chefe do governo e as forças reacionárias que o apóiam investem contra o monopólio estatal na exploração do petróleo, procurando, criminosa e sorrateiramente, abrir as portas do país à Standard Oil, que há dezenas de anos age e conspira para se apoderar do petróleo brasileiro. Para realizar esta orientação entreguista, apelam cada vez mais para as medidas antidemocráticas, para as violências contra os patriotas e partidários da paz.

EMPENHA-SE, assim, o povo brasileiro, em uma grande batalha. Luta para impedir que o governo do Sr. Juscelino Kubitschek entregue o país aos magnatas ianques, luta para fazê-lo recuar de sua posição antipatriótica. O cenário político brasileiro divide-se, hoje, em seu aspecto mais geral, em duas tendências nitidamente definidas — a entreguista, que prega e defende a submissão ao imperialismo norte-americano; e a antientreguista, que luta por uma política independente, contra o domínio dos monopólios norte-americanos.

ESTA diferenciação das forças políticas se verifica em todos os partidos políticos não operários, desde o PSD, a UDN e o PSP até o PTB e o PSB. Do lado do antientreguismo está o proletariado e o seu partido de classe, o PCB, como força mais ativa e conseqüente.

A LUTA pela libertação nacional e pela democracia exige a mais ampla tática da unidade de ação em torno de objetivos concretos. Impõe a rápida formação da frente única democrática e antiimperialista. Neste sentido, é necessário e urgente o contacto com os grupos políticos e personalidades patrióticas de todos os partidos, com as organizações democráticas e populares, tendo sempre em vista a unidade e a ação para derrotar o inimigo comum.

ISTO é da maior importância para o avanço do movimento democrático e de libertação nacional. Mas é pre-

so ter em conta que o decisivo é a atividade das massas. A mobilização das grandes massas é a poderosa arma para forjar e impulsionar a frente única, para derrotar a atual política do governo.

POR ISSO, a preocupação primeira dos comunistas é voltar-se para as massas. Toda a sua política tem em vista, em primeiro lugar, as mais amplas massas populares, sem as quais é impossível avançar no caminho da independência e da democracia. Por exemplo, a anulação do acordo que cedeu Fernando de Noronha aos imperialistas norte-americanos só pode ser alcançada através de poderosa pressão do povo. Da mesma forma, somente a luta unida e organizada das grandes massas pode evitar que o petróleo brasileiro seja entregue à Standard Oil.

NENHUM problema, por mais importante que seja, pode sobrepor-se à tarefa de trabalhar no seio das massas por suas reivindicações mais sentidas. Tudo que pode desviar os comunistas da atividade entre as massas, deve ser jogado fora. Estas verdades conhecidas precisam ser agora repetidas, porque nem sempre são compreendidas por honestos e combativos militantes proletários.

PARA ligar-se às massas é necessário, antes de tudo, combater o espírito de seita, a falta de iniciativa, as discussões intermináveis e sem sentido prático e o palavreado radical. O sectarismo e a tendência dos comunistas a se voltarem unicamente para as atividades internas, são sumamente prejudiciais.

OS COMUNISTAS não renunciam aos seus princípios, não escondem o seu programa, em virtude de conveniências táticas e lutam contra o revisionismo. Mas isso não significa, de modo algum, que deixam de estar ao lado das massas, defendendo suas menores reivindicações. Ao contrário, seu dever é viver entre as massas, auscultar seus anseios e estar sempre prontos a colaborar com todos pela conquista de objetivos parciais e de reformas que sirvam para impulsionar o movimento democrático e antiimperialista.

O COMITÊ Central do PCB, em sua última reunião, fixou com clareza os objetivos do momento e a tática a seguir. Agora, portanto, o decisivo é voltar-se para as massas. Contribuirá mais para a luta libertadora de nosso povo aquele que mais estiver ligado às massas e souber levantar e defender suas reivindicações mais sentidas.

Nota do Presidium do C.C. do Partido Comunista do Brasil sobre a Conferência do Atlântico Sul

(Texto na Terceira Página)

VOZ OPERÁRIA

N.º 417 — RIO DE JANEIRO, 1 DE JUNHO DE 1957

**FERNANDO DE NORONHA
É DOS BRASILEIROS !**

**DEFENDAMOS A
PETROBRÁS**



Preparam-se os Partidários da Paz no Brasil Para Participar da Reunião de Colombo

Desenvolvem-se em todo o mundo os preparativos para a importante reunião do Conselho Mundial da Paz em Colombo, nos próximos dias 10 a 16 de junho. Essa reunião, que é feita sob os auspícios do próprio Primeiro-Ministro do Ceilão, sr. Bandaranaike, e de cuja comissão preparatória faz parte o Ministro da Justiça daquele país, é a primeira que o Conselho Mundial realiza na Ásia e com a participação ativa dos países afro-asiáticos que conquistaram nos últimos anos a sua independência.

Tendo em vista preparar a participação brasileira a essa reunião, o Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz reuniu-se em São Paulo, na sede da Associação Paulista de Imprensa, nos dias 25 e 26 de maio. Além dos membros das Diretorias do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz e da Cruzada Humanitária contra as Armas Atômicas, a reunião contou com a presença de convidados especiais, entre os quais o senador Domingos Vellasco, presidente da Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha.

Foram aprovados três documentos, que transcrevemos a seguir: uma resolução geral, uma moção sobre as comemorações do aniversário cultural de Augusto Comte e uma mensagem à reunião de Colombo. Além desses documentos, a reunião aprovou outras medidas a serem tomadas pela Diretoria do Movimento, tais como um ofício de solidariedade ao Conselho Argentino da Paz, uma nota pugnando pela volta dos nossos pracinhas, uma mensagem à 3ª Conferência Mundial contra as bombas A e H, a realizar-se em agosto no Japão.

Os documentos aprovados são os seguintes:

I — RESOLUÇÃO

O Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, reunido em São Paulo, na sede da Associação Paulista de Imprensa, nos dias 25 e 26 de maio de 1957, resolve:

1) Dar inteiro apoio à campanha contra o ajuste de Fernando de Noronha, nos termos da proposta feita pelo Presidente da Comissão Nacional Contra o Ajuste, Senador Do-

Reuniu-se em São Paulo, o Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz

mingos Vellasco, que são os seguintes:

"Nós, abaixo assinados, condenamos o Ajuste de Fernando de Noronha e a anunciada ocupação de outros pontos do Norte e Nordeste do Brasil por uma potência estrangeira, como um atentado à soberania da Pátria, um entrave ao desenvolvimento independente de nossa economia e um risco permanente para a segurança e a vida do povo brasileiro. O Ajuste inconstitucional, que transforma uma parte de nosso território em base de projetos teleguiados representa a



JOLIOT-CURIE

integração do Brasil em possível área de guerra atômica, com grave sacrifício para a solução dos agudos problemas que afligem nosso povo."

"Não queremos que o Brasil seja envolvido na corrida armamentista atômica, que é por nós condenada até em suas experimentações, e estamos convencidos de que a energia nuclear não deve ser usada para destruir e matar."

"Que se ativem os trabalhos da 'Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre a Política Externa' de nosso país e que seja ouvido o Congresso Nacional a fim de que se efetive a anulação desse Ajuste antibrasileiro."

"Queremos que Fernando de Noronha deixe de ser base de teleguiados, em nome do respeito à nossa soberania e da vocação pacifista de nosso povo."

2) Encetar um intenso trabalho de esclarecimento da opinião pública de nosso país quanto aos perigos que derivam das experimentações com armas nucleares, partindo da necessidade de se fazer a mais ampla divulgação da palavra de S. S. o Papa Pio XII, da re-

solução unânime do Parlamento japonês, das decisões do Parlamento da Índia e da declaração conjunta do Primeiro Ministro Nehru e do Chefe do Governo do Ceilão, Sr. Bandaranaike, das afirmações de Albert Schweitzer e Bertrand Russel, da declaração dos 18 oientistas alemães, da ação continuada de Frederic Joliot-Curie, presidente do Conselho Mundial da Paz, entre as muitas outras vozes que revelam, no campo internacional, cada vez mais vigorosa, a repulsa dos homens de nosso tempo à perspectiva de nova guerra e à má utilização da energia nuclear.

No âmbito nacional, o Conselho saúda com entusiasmo a opinião estendida na tribuna do Senado pelo Senador Ezequias da Rocha, as resoluções tomadas pelo Congresso da Associação Brasileira de Municípios, as decisões das Câmaras Municipais de Niterói e de São Paulo, da Câmara do Distrito Federal, assim como os pronunciamentos de várias entidades privadas, como o Lions' Club, contra as experiências com bombas termonucleares, atos esses que constituem um exemplo digno de serem imitados.

3) Manifestar sua plena concordância com o comunicado conjunto dos Movimentos da Paz da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai contra a Conferência de Defesa do Atlântico Sul, na qual se pretende envolver ainda mais países do Atlântico Sul, em uma política de preparação de guerra e atentatória contra a soberania nacional.

4) Reafirmar sua solidariedade ao Conselho Mundial da Paz, adotando suas resoluções, tomadas na reunião do Birô de Berlim, não só quanto à campanha pela cessação das experiências com bombas nucleares, como também quanto à convocação da reunião do Conselho Mundial da Paz, em Colombo, nos termos em que é feita quando assinala que as tentativas de impedir o exercício da soberania dos países da América Latina têm sido um fator de agravamento da situação internacional.

II — MOÇÃO

O Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, reunido em São Paulo nos dias 25 e 26 de maio de 1957, resolve manifestar seu integral apoio às atividades promovidas pela Comissão Executiva das Comemorações do Centenário da Morte de Augusto Comte, de acordo com a

recomendação do Conselho Mundial da Paz, relativa aos Aniversários Culturais de 1957.

III — SAUDAÇÃO AO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

Os Partidários da Paz do Brasil saúdam o povo e o governo do Ceilão, e endereçam ao Conselho Mundial da Paz, que pela primeira vez se reúne na Ásia, calorosos votos de pleno êxito, nos seus trabalhos de Colombo.

Estamos convictos de que vossa reunião constituirá novo passo em direção ao alívio da tensão internacional, ao progresso das negociações pelo desarmamento e à proibição das experiências com armas nucleares. Estamos seguros que de vossos trabalhos surgirão novas sugestões e idéias para o esforço conjunto de todos os partidários da paz, no sentido da solução pacífica de todos os conflitos e problemas internacionais, em especial a dolorosa luta armada que se desenrola na Argélia.

Nossos delegados vos dirão de nossas preocupações com medidas que não servem à causa da paz mundial, tomadas à revelia de nosso povo, como a cessão da ilha de Fernando de Noronha para base de teleguiados e as negociações de um Pacto de Defesa do Atlântico Sul.

PROPÕE O PRESIDENTE DA AUSTRIA:

CONFERÊNCIA EM VIENA CONTRA AS EXPERIÊNCIAS COM ARMAS NUCLEARES

O novo presidente da Áustria, Dr. Adolf Schaerf, tomou, dois dias antes de ser eleito, uma iniciativa de grande importância para a campanha mundial contra as experiências nucleares. Em carta dirigida a Albert Schweitzer, o Dr. Schaerf declarou-se profundamente emocionado pelo apelo contra o perigo atômico, e propôs a convocação imediata em Viena de uma conferência sob a presidência do próprio Schweitzer. «A Áustria, país neutro», declarou Schaerf, «parece-me o local onde os princípios con-

duzindo à abolição do perigo agudo de destruição total deveriam ser elaborados com a participação de todas as personalidades competentes».

O presidente da Áustria finaliza sua missiva exprimindo sua convicção de que é «seu dever para com as mães e os jovens de todo o mundo tomar a responsabilidade moral e política dessa iniciativa».

O Dr. Adolf Schaerf, que era vice-presidente do Partido Socialista austríaco, foi eleito Presidente da República a 5 de maio, com o apoio do Partido Comunista. O resultado dessas eleições constituiu expressiva vitória de

com armas atômicas e termonucleares, reiterando o propósito de cooperar com os vós em prol de nossos comuns ideais de paz e entendimento.

São Paulo, 26 de maio de 1957. — O Conselho Nacional do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.

DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA EM MOSCOW



Estêve na União Soviética, recentemente, uma delegação governamental da República Popular da Mongólia, que concluiu com o governo soviético importantes acordos sobre o fortalecimento das relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países.

mocrática. O primeiro-ministro Raab, que apoiava o candidato derrotado, afirmou que não há dúvida de que ainda a ajuda do Partido Comunista que assegurou a vitória ao candidato socialista.

O apoio do Partido Comunista da Áustria ao Dr. Schaerf baseou-se principalmente na reafirmação da neutralidade do país e de uma política de paz e boas relações com todas as nações, independentemente de seus regimes. A posição assumida publicamente contra a preparação de guerra atômica constituiu evidentemente um dos fatores principais da vitória de Schaerf.

Os Acontecimentos de Taipé

A violenta explosão antinorte-americana verificada a 24 do corrente na capital da ilha Formosa (Taiwan) vieram revelar um elevado grau de consciência e ódio ao opressor estrangeiro por parte das massas populares chinesas ainda sob o domínio de Chiang Kai Chek.

O general Carlos Rómulo, embaixador das Filipinas em Washington, apesar do seu passado bastante comprometido com os imperialistas norte-americanos, exprimi com clareza o conteúdo das manifestações, ao declarar em New York que elas se devem "ao fato" de que os Estados Unidos não respeitam a soberania dos países do Extremo Oriente" e que essa situação "se está generalizando em todos os países em que os Estados Unidos têm bases militares". Referindo-se aos protestos de massas, não só em Formosa, como recentemente no Japão e na Coreia, disse ainda Carlos Rómulo que "no fundo do ressentimento se nota a oposição das autoridades norte-americanas a consentir que os militares dos Estados Unidos sejam julgados por tribunais dos países em que cometem um delito". "Para nós a soberania nacional é algo sagrado e todo ato que a violar desatará o ressentimento do povo".

Foi de fato a absolvição, por um tribunal especial norte-americano, de um sargento das forças de ocupação ianques que assassinara um camponês chinês, a centelha que deflagrou a explosão popular. Durou várias horas o movimento, durante o qual a embaixada dos Estados Unidos e o Escritório de Informações desse país foram completamente destruídos. Sinal expressivo do estado de espírito existente em Taiwan foi a resistência passiva, oferecida pelas forças armadas e por alguns chefes militares, ao cumprimento da ordem de reprimir violentamente as manifestações, dada pelo governo tirano, o que levou Chiang Kai Chek a demitir de suas funções nada menos que o próprio comandante da defesa de Taipé, além de outras autoridades.

Com o movimento antinorte-americano do dia 24 o povo de Formosa afirmou sua oposição à continuação da ocupação ianque e do agonizante regime de Kuo Min Tang, que, sob a máscara de "China Nacionalista", mantém essa parte do território chinês na humilhante situação de colônia dos Estados Unidos, e de base militar agressiva para o assalto à República Popular da China. A cega obstinação de Chiang Kai Chek em não aceitar as generosas e amplas propostas de entendimento, feitas por Chou En Lai, está condenada ao fracasso, e a disposição de luta revelada pelas massas de Taipé mostra que não está longe o dia da libertação de Formosa e de sua reincorporação à nação chinesa.



Nota do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil Sobre a Conferência do Atlântico Sul

O Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil protesta contra a participação do Brasil na denominada Conferência do Atlântico Sul, ora reunida em Buenos Aires, e apela a todos os patriotas para que manifestem sua repulsa ao projetado Pacto do Atlântico Sul, bloco militar agressivo que visa envolver ainda mais nosso país, juntamente com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, nos preparativos guerreiros dos círculos dirigentes dos Estados Unidos.

Não obstante os grandes êxitos das forças da paz em todos os países e a condenação pela opinião pública mundial da política de preparação da guerra atômica, os monopolistas norte-americanos prosseguem em seus planos agressivos. Nos países em que dominam, constroem bases de projéteis teleguiados, preparam-se para a guerra atômica de agressão contra a União Soviética e demais países do campo socialista. A intensificação de seus preparativos bélicos verifica-se também nos países da América Latina, onde os monopólios lanques exploram e oprimem os povos e pretendem utilizar para a guerra os recursos humanos de nossos países.

Diante da crescente resistência dos povos latino-americanos, que lutam contra a dominação imperialista e pela independência nacional, contra a miséria e pelas liberdades democráticas, tratam os militaristas lanques de aplicar novas medidas para submeter nossos povos e fugir à vigilância dos patriotas e partidários da paz. Com a autorização inconstitucional do governo do Brasil, ocupam militarmente a ilha de Fernando de Noronha, pondo em perigo a segurança do povo brasileiro e violando brutalmente a soberania nacional. E, agora, em nome de uma suposta defesa do Atlântico Sul — que não está ameaçado por ninguém a não ser pelas forças armadas dos Estados Unidos — procuram organizar um bloco militar a fim de comprometer ainda mais os países latino-americanos em seus planos guerreiros e agressivos.

A Conferência militar que se realiza em Buenos Aires com a participação de delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e sob a supervisão pessoal do general norte-americano Shepherd, terá como consequências a instalação de bases militares lanques em todos os países da América Latina, a intensificação da corrida armamentista nesses países e o assalto a suas riquezas nacionais pelos monopólios lanques. Significa, por isso, grave ameaça à segurança e à independência dos países latino-americanos.

Fazendo-se representar por uma delegação militar na Conferência do Atlântico Sul, o governo do sr. Juscelino Kubitschek cede mais uma vez às exigências do Departamento de Estado norte-americano e, afrontando os sentimentos de paz de nosso povo, dá novo passo no caminho da traição aos supremos interesses do Brasil. Surdo aos protestos populares e de boa parte do Parlamento contra sua posição entreguista e apesar da oposição dos setores patrióticos das forças armadas, prossegue o chefe do Poder Executivo na realização de uma política anti-nacional e anti-popular, de submissão do país aos multimilionários dos Estados Unidos.

O sr. Kubitschek, que se declara demagogicamente defensor da lei que criou a Petrobrás e estabeleceu o monopólio estatal da exploração do petróleo, facilita na prática a penetração da Standard Oil em nosso país, e, através do Conselho Nacional do Petróleo, faz concessões ilegais à

refinaria de Capuava, contrariando a política nacionalista sobre o petróleo. Ao mesmo tempo que promete ao povo medidas concretas contra a carestia de vida e economia nos gastos públicos para enfrentar a inflação, contrai onerosos empréstimos nos Estados Unidos para obras suntuárias e dispensáveis, a exemplo do empréstimo de dez milhões de dólares para construção de Brasília, enquanto o povo sofre as consequências de uma política de descalabro financeiro, de inflação e negociações, de crescente carestia de vida, de baixos salários e ordenados.

Para enfrentar a resistência patriótica que oferecem as massas trabalhadoras, os mais amplos setores democráticos da população e as forças políticas progressistas que se encontram em todos os partidos a essa política anti-nacional e antipopular, o sr. Kubitschek e os círculos reacionários em que se apoia investem contra as organizações patrióticas e populares, ameaçam a liberdade de imprensa, tentam anular as conquistas dos trabalhadores e procuram rasgar a Constituição. Com esse objetivo são feitas as mais variadas manobras políticas — ora, no sentido de cassar mandatos de parlamentares, visando desmoralizar o Parlamento, onde se fazem ouvir vozes cada vez mais numerosas contra o entreguismo e em defesa das liberdades; ora, no sentido da unificação de todas as forças reacionárias, em nome de uma «pacificação» que garanta ao Poder Executivo, com a colaboração da alta direção da UDN, maioria parlamentar mais ampla que lhe facilite realizar a política entreguista e liberticida exigida pelos monopólios norte-americanos, inclusive realizar uma reforma constitucional com vistas a abolir as conquistas dos trabalhadores, a liberdade de imprensa e outros direitos civis consagrados na Constituição.

A derrota do sr. Juscelino Kubitschek em sua manobra diversionista que visava afastar a atenção das massas da criminosa cessão de Fernando de Noronha aos militaristas lanques, desmoralizar o Parlamento e ameaçar os mandatos parlamentares, mostra que é possível paralisar a ação liberticida do Poder Executivo, conseguir que sejam revogadas as medidas arbitrárias já tomadas contra as organizações patrióticas e populares, fazer cessar as perseguições aos defensores da paz e da independência nacional e alcançar a anulação do acordo sobre Fernando de Noronha.

O Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil denuncia o caráter guerreiro da Conferência do Atlântico Sul e conchama todos os patriotas e democratas para que, através das ações de massa, impeçam a participação do Brasil no projetado Pacto do Atlântico Sul. Nas atuais circunstâncias, quando os esforços dos patriotas convergem para o grande movimento pela denúncia do acordo que entregou Fernando de Noronha aos imperialistas norte-americanos, é necessário, simultaneamente, intensificar a luta pelas liberdades e defender a Constituição. Ombro a ombro com todos que queiram lutar em defesa das liberdades e das franquias constitucionais, seja qual for o partido a que pertençam, seja qual for a posição tomada no passado, devemos desmascarar todas as manobras antidemocráticas do governo, esclarecer as grandes massas trabalhadoras, alertá-las e levá-las à luta em defesa dos direitos democráticos.

Exijamos do Parlamento, através de memoriais e manifestações, a defesa dos interesses da nação: que anule o acordo sobre Fernando de Noronha; que se mantenha vigi-

lante na defesa do monopólio estatal do petróleo; que não ratifique as decisões tomadas pelos delegados do sr. Kubitschek na Conferência do Atlântico Sul.

Sómente a ação unida das forças patrióticas e democráticas poderá salvar a paz e a soberania nacional, anular o acordo que cedeu Fernando de Noronha aos imperialistas norte-americanos e impedir a inclusão do Brasil no Pacto do Atlântico Sul. A luta firme e organizada dos povos da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, com o apoio dos demais povos latino-americanos, fará fracassar essa tentativa dos monopolistas dos Estados Unidos contra a independência de nossos países.

Rio, maio de 1957.

O PRESIDUM DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Resolução do C. R. do Ceará do PCB Sobre a Unidade do Partido

Com pedido de publicação, recebemos

O Comitê Regional do Ceará do P.C.B., em sua última reunião ampliada, debateu a resolução do Comitê Central sobre a unidade do Partido, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Comitê Regional do Ceará reconhece que, no curso da luta do C. C., têm surgido manifestações que contrariam as teses básicas do marxismo-leninismo, manifestações revisionistas e antipartidárias, que por isto mesmo, exigiam fosse o debate público, realizado na base de normas que o regulassem.

O Comitê Regional do Ceará depois de examinar mais profundamente suas opiniões sobre o debate público, reconhece hoje, que era falsa a sua posição, ao se bater pela mais ampla liberdade de crítica. Isto teria trazido, sem dúvida, ao Partido as consequências mais funestas.

Levado por aquela concepção falsa o C. R. se insurgiu contra a Carta de Prestes, criticando-a de público, quando a mesma já era uma resolução do C. C., cometendo, assim, um ato de indisciplina levando as organizações do Partido, na região, a discutir duas resoluções que se contradiziam: a carta do camarada Prestes e a crítica do Comitê Regional do Ceará, violando assim, o centralismo, o princípio da subordinação dos organismos inferiores aos superiores.

O Comitê Regional do Ceará está de pleno acordo com o conceito de unidade contido na resolução do C. C., quando afirma que "o princípio da unidade é um princípio concreto: consiste em defender a unidade da organização partidária, a unidade ideológica e política e a unidade no cumprimento das tarefas. Salvar e fortalecer a unidade do Partido é zelar pela própria existência do Partido, constitui, portanto, dever sagrado de todos os comunistas. As declarações e ações que prejudiquem a unidade do Partido não podem ter curso em nossas fileiras. Sob qualquer pretexto, é inadmissível que quem quer que seja atente contra a unidade do Partido.

O Comitê Regional do Ceará declara-se contrário a toda e qualquer atividade antipartidária e fracionista, contra toda e qualquer violação do centralismo democrático, quer por parte dos organismos inferiores, quer por parte dos organismos superiores.

O Comitê Regional do Ceará, na base do estudo que vem fazendo e da ajuda crítica que vem recebendo de vários organismos do Partido, acha que, na sua Declaração de novembro do ano p. p., existem teses e opiniões que não são corretas, por isto, o C. R. C. julga necessário aprofundar o estudo das referidas teses e opiniões.

E na medida em que sabemos debater as nossas questões políticas e ideológicas à luz do marxismo-leninismo, e aplicá-las à realidade local, que iremos ajudar o Partido a encontrar os verdadeiros caminhos da revolução brasileira.

O Comitê Regional do Ceará conchama todo o Partido na região, a cerrar fileiras em torno do Comitê Central do Partido tendo à frente o camarada Prestes, a fim de fortalecer a unidade do Partido, contra quaisquer atividades antipartidárias e divisionistas.

O Comitê Regional do Ceará, considera que, neste momento, mais do que nunca é necessário defender a unidade do Partido, para que este possa enfrentar, com êxito, e como um só homem, as tarefas políticas traçadas na Resolução do C. C. sob o título: "A SITUAÇÃO POLITICA E NOSSAS TAREFAS ATUAIS", de abril de 1957. Só unido e coeso, em torno do C. C., o nosso Partido poderá tornar vitoriosa a nossa tarefa central do momento, a luta contra o Ajuste de Fernando de Noronha e contra a concessão de quaisquer novas bases às forças armadas do governo dos EE. UU.

Só unido e coeso, o nosso Partido poderá ser vitorioso na mobilização de todas as forças democráticas e progressistas para a luta em defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas, tantas vezes violadas pelo governo do Sr. Juscelino Kubitschek, na luta contra a carestia, por melhores salários e vencimentos e por melhores condições de vida para as massas trabalhadoras e populares.

O Comitê Regional do Ceará conchama, por fim, todo o Partido na região, a intensificar a luta política e ideológica em suas fileiras, visando à superação dos erros e ao fortalecimento do Partido. Para isto, torna-se necessário ampliar cada vez mais, a democracia interna, estimular ao máximo a crítica vinda de baixo, criar no Partido um ambiente em que todos se sintam encorajados a dizer o que pensam, a criticar, sem temores, os erros dos organismos e quadros dirigentes, e a contribuir para melhorar a nossa atividade.

O COMITÊ REGIONAL DO CEARÁ DO PCB.

MANOBRAM OS ENTREGUISTAS EM TORNO DA «PACIFICAÇÃO»

Estão ficando cada vez mais claros os objetivos das forças que promovem a chamada pacificação. Na última semana, reforçando as demarques iniciadas pelos governadores Bias Fortes e Antônio Balbino, passaram a brilhar outras estrelas da política de bastidores, altamente credenciadas para esse tipo de manobra. Os governadores Cordelro de Farias, Meneghetti e Jânio Quadros entraram na dança, assumindo a regência da orquestra e sr. Lafer que entregou ao sr. Kubitschek uma exposição escrita sobre a situação econômica, financeira, política e social do país.

Depois de nota oficial da direção da UDN, o seu líder Lafer apresentou em discurso na Câmara, o esquema em torno do qual poderia ser obtido o «clima de harmonia» indispensável ao trabalho pelos «interesses da nação». Depois de sublinhar que a UDN teve «a honra de desencadear o movimento» apresenta as condições da direção do seu partido:

«No plano internacional qualquer entendimento tem por limites, ao Norte, a conduta do Governo em relação ao capital estrangeiro; ao Sul Perón; a Oeste, a conduta do governo em relação ao petróleo e a Leste as constantes da política atlântica do Brasil. Quanto ao plano nacional são exigidas as reformas cambial e eleitoral, é atada a industrialização «fal-

sa e perniciosa» e exigida a redução dos investimentos estatais. Dizendo embora que a UDN não quer cargos afirmou

o seu líder que a pacificação exige a mudança dos quadros do governo.

Trata-se, pois, de assegurar

a entrega dos postos de governo para os homens da confiança dos círculos reacionários. Conclui na 10ª pag.

Calorosa Saudação do C.C. do P.C.B. Ao XIII Congresso do P.C. de Israel

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil enviou uma calorosa saudação ao XIII Congresso do Partido Comunista de Israel, que agora se realiza.

E' o seguinte o texto desse documento: Ao XIII Congresso do Partido Comunista de Israel. Tel Aviv.

Queridos camaradas delegados: Em nome dos comunistas do Brasil, enviamos as nossas calorosas e fraternais saudações ao XIII Congresso de vosso combativo Partido.

Acompanhamos com atenção e carinho a luta firme do Partido Comunista de Israel contra as atividades pro-imperialistas do governo de Ben Gurion e em favor de uma política de paz, independência e neutralidade para o Estado de Israel.

Colocando-vos contra toda manifestação de chovinismo, ao condenar a injustificável agressão ao povo egípcio pelos imperialistas anglo-franceses e pelo governo israelense, e ao pugnar por uma política de paz e amizade entre Israel e os países árabes, dais uma demonstração de fidelidade ao internacionalismo proletário, fortaleceis a solidariedade dos trabalhadores de todos os países.

Desta forma, defendendo os interesses e os direitos nacionais de Israel e dos povos

árabes, tomais uma posição verdadeiramente patriótica. Em vossa luta contaís também com a solidariedade do povo brasileiro. Estamos unidos no combate a um inimigo comum — o imperialismo norte-americano que oprime e explora nosso povo e que, com a chamada "Doutrina Eisenhower", intervém indêbitamente nos negócios internos dos países do Oriente Próximo e Médio.

Ao saudar o vosso Congresso, expressamos também nossa grande amizade ao povo de Israel na sua luta para construir uma pátria livre e progressista. Esta amizade está intimamente ligada à posição internacionalista de nosso Partido contra quaisquer discriminações raciais, contra todo anti-semitismo.

Estamos convencidos de que o XIII Congresso do Partido Comunista de Israel, que será realizado sob a bandeira do marxismo-leninismo, contribuirá para o fortalecimento da unidade do movimento comunista mundial, que tem como centro a União Soviética.

Desejamos-vos, queridos camaradas delegados, os melhores êxitos nos vossos trabalhos.

Saudações fraternais

PELO COMITÊ CENTRAL DO PCB

LUIZ CARLOS PRESTES
Secretário-Geral

Declaração do Presidium do Comitê Central DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Em face das declarações feitas por Agildo Barata a um semanário burguês contra o Partido e o movimento operário

O Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em face das declarações feitas por Agildo Barata a um semanário burguês contra o Partido e o movimento operário, sente-se no dever de informar aos militantes e amigos do Partido, o seguinte:

1. Na reunião do Comitê Central, realizada em abril último, foram amplamente discutidas, à base de fatos concretos, as atividades antipartidárias desenvolvidas por Agildo Barata. Diante dos fatos irrefutáveis apresentados nessa reunião e do repúdio unânime pelo Comitê Central dessas atividades, Agildo Barata comprometeu-se a escrever um artigo, condenando o trabalho antipartidário e reafirmando sua decisão de defender a unidade do Partido. Esse artigo foi escrito e lido voluntariamente por Agildo Barata na reunião do Comitê Central. O artigo de Agildo Barata foi gravado pelo seu autor, como o foram as demais intervenções dos membros e candidatos a membros do Comitê Central, de acordo com o assentimento de todos os presentes. Dado que, com essa atitude, Agildo Barata demonstrava aparentemente vontade de recuar das atitudes falsas que vinha adotando, o Comitê Central decidiu retirar as referências feitas ao seu nome relacionadas com as atividades antipartidárias tanto na publicação do Informe político como na Resolução sobre a unidade do Partido.

2. Alguns dias após a reunião do Comitê Central, Agildo Barata, sem qualquer explicação, mandou comunicar à direção do Partido que seu artigo não deveria ser publicado antes de um novo entendimento que desejava ter com o Presidium do Comitê Central. Desejoso de encontrar uma justa solução ao caso, o Presidium adotou as medidas necessárias para a realização do encontro. Agildo Barata, no entanto, utilizando-se de vários subterfúgios, recusou-se de fato a qualquer entendimento com os membros do Comitê Central designados para ouvi-lo, fazendo, mais tarde, publicamente, declarações caluniosas contra o Partido e sua direção e contrárias à orientação política do Partido.

3. O Presidium do Comitê Central, diante dos fatos aqui expostos, decide publicar o artigo de Agildo Barata, a fim de que todos os militantes e amigos do Partido vejam a fisionomia política desse renegado que ontem ante o Comitê Central, fazia categóricas declarações de defesa da unidade do Partido e, agora, pela imprensa burguesa, ataca o Partido e o movimento operário, desertando da luta revolucionária.

O artigo na íntegra é o seguinte:

«Pela unidade do Partido.

Por mais importantes que sejam os problemas de ordem política e teórica é um velho ponto de vista meu que os problemas de métodos assumem particular importância para a vida e a ação de um partido revolucionário e democrático.

A própria orientação política é mais rica e mais fecunda se se pode a cada momento capitalizar a sabedoria coletiva do Partido. Para isto é de decisiva e

fundamental importância a democratização da vida do Partido Comunista do Brasil. Só assim o Partido como organização unificada pode ter uma disciplina consciente e verdadeiramente revolucionária. É também condição básica de sua existência a unidade e coesão de suas fileiras.

Como é sabido, em sua ânsia de sobreviver e diante da inexorável derrota que lhes aponta o processo de desenvolvimento histórico da humanidade, os imperialistas voltam todo o seu ódio contra o movimento comunista mundial e tentam por todas as formas romper a sua unidade e quebrar a coesão das fileiras dos partidos operários e comunistas. O Partido Comunista do Brasil, cuja existência é uma necessidade histórica para a libertação nacional e social do povo brasileiro, sempre foi alvo do ataque dos imperialistas norte-americanos e de seus agentes internos. Nestas condições, o dever de cada comunista é o dever de defender a unidade do Partido, unidade que deve processar-se em torno de um centro único — o Comitê Central.

O último pleno deste organismo dirigente, deste modo, foi sem dúvida uma poderosa contribuição à unidade do Partido. Ele teve particular importância para todos os comunistas e seus amigos, em virtude da situação que atualmente atravessa o Partido, empenhado na discussão dos problemas fundamentais para o povo e lutando firmemente pela democratização de sua vida interna. No momento, o centro da luta do Partido deve ser a defesa da integridade nacional seriamente ameaçada com a entrega de Fernando de Noronha ao imperialismo belicista norte-americano. A ocupação de Fernando de Noronha, que não é senão o primeiro episódio de uma vasta e criminoso ofensiva que visa à colonização completa de nossa Pátria, está a exigir de nosso povo uma resposta firme e patriótica.

A última Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sobre a grave situação porque o país atravessa, conclama com precisão, justiça e oportunidade os comunistas a se colocarem na primeira linha da grande luta em defesa da nação ameaçada.

Esta luta merece a firmeza entusiasmada, dinâmica e indispensável dos comunistas junto às massas de nosso povo.

O Partido Comunista do Brasil, simultaneamente com a necessidade imperiosa de lançar-se à luta anti-imperialista e democrática em defesa da paz, do bem-estar, do progresso e da conquista de um futuro radioso para o nosso povo, enfrenta os problemas da luta interna de opiniões, luta pelo reforçamento, pelo florescimento e pela democratização da vida do Partido. Aprimora-se, assim, o Partido para cumprir melhor suas tarefas. Na luta interna de opiniões, é preciso, porém, ter-se em vista que o debate deve obedecer aos princípios do marxismo-leninismo, subordinar-se à lei

interna do Partido, os seus Estatutos, válida para todos os seus membros sem discriminações. A luta interna de opiniões, inevitável na vida do Partido, reflexo que é da luta externa de classes, deve ser na atual conjuntura travada nas bases estabelecidas pelo Projeto de Resolução do Comitê Central e em acordo com a orientação traçada na carta do camarada Prestes.

Reafirmo que considero útil e indispensável a discussão nas fileiras do Partido, onde todos, sem ferir princípios, expressem livremente sem quaisquer temores suas idéias.

A discussão interna deve estar a serviço dos interesses do Partido e de sua unidade, dando assim consciência e vigor aos combatentes. O estabelecimento do princípio da prática da direção coletiva em todos os organismos dirigentes do Partido é imprescindível para o seu fortalecimento e para que ele possa desempenhar com mais acerto seu papel de vanguarda da classe operária. Isto está sendo feito felizmente com firmeza e determinação.

Julgo necessário tecer estes comentários, porque alguns camaradas e amigos, com os quais concordo em inúmeras questões de interesse da revolução, interpretando erroneamente alguns de meus pensamentos, fazem por vezes uso indevido de meu nome como bandeira para ferir a unidade do Partido. A eles eu me dirijo com carinho e fraternidade. A luta de opiniões deve ser dentro do Partido e subordinada aos princípios do marxismo-leninismo, visando o fortalecimento e a unidade do Partido.

Mas há também os velhos e desmoralizados inimigos do Partido, inimigos de classe. São pescadores em águas turvas ou que buscam turvalhas para pescar. A eles respondo-lhes com energia e firmeza — não permitirei que façam de meu nome, pequeno e modesto, bandeira de luta contra os ideais socialistas porque luto, ideais encarnados em nossa Pátria pelo Partido Comunista do Brasil.

Agildo Barata.

4. O Presidium do Comitê Central, enquanto o Comitê Central não tomar as decisões que o caso exige, alerta a todo o Partido para as criminosas atividades antipartidárias que realiza o pequeno grupo fracionista dirigido por Agildo Barata e chama aos militantes a redobram a vigilância revolucionária. Todos os comunistas devem defender com firmeza e decisão inabaláveis a unidade do Partido e cerrar fileiras em torno do Comitê Central que tem a sua frente o camarada Prestes.

Rio, maio de 1957.

O PRESIDIO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

No recente 9.º Pleno do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês, o seu 1.º Secretário, Wladyslaw Gomułka, falou dos problemas fundamentais da política do Partido. Publicamos a seguir um resumo da intervenção de Gomułka, segundo a agência polonesa de notícias.

SOBRE O CAMINHO DA POLÔNIA PARA O SOCIALISMO

A prática da construção socialista demonstrou que não há e não pode haver quaisquer formas universais dessa construção, muito embora o socialismo seja universal. O 8.º Pleno decidiu desenvolver as formas de socialismo segundo as seguintes linhas: 1) através dos conselhos operários, 2) através da expansão dos poderes dos conselhos populares, e 3) através do desenvolvimento de diferentes formas econômicas da autonomia dos camponeses. Estas três linhas constituem certos elementos do caminho polonês para o socialismo.

A vitória do socialismo na União Soviética e a transição de outros países para a construção socialista criaram uma situação historicamente nova, na qual a estrada do socialismo em diferentes países, pode tomar formas diversas do caminho soviético para o socialismo.

Cada nação tem seus aspectos específicos de desenvolvimento, sua própria história, suas próprias características nacionais historicamente determinadas, independentemente do fato de que participa do desenvolvimento histórico geral e para ele contribui como dele recebe contribuição.

Entretanto, a acentuação

Salvaguardar a Unidade do Campo Socialista E a Amizade Soviético-Polonesa

RESUMO DO INFORME DE V. GOMULKA NO IX PLENO DO C.C. DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO



GOMULKA

das peculiaridades históricas e das particularidades nacionais na construção do socialismo não pode significar a negação das leis comuns, dos princípios aplicáveis em geral, extraídos da experiência da construção do socialismo na União Soviética. Tal negação levaria na prática ao aniquilamento do socialismo. A subestimação ou a negação das leis gerais da construção do socialismo, comprovadas pela União Soviética — constituem revisionismo nacionalista. É necessário lutar contra ele e resguardar de sua influência o Partido e a classe operária, pois nada tem de comum com o socialismo. A subestimação ou a negação dos traços e particularidades nacionais na construção do socialismo — constituem dogmatismo nillista, contra o qual é necessário lutar também, porque ele entrava a construção do socialismo, deforma e, conseqüentemente, lança as massas trabalhadoras contra o socialismo.

O PAPEL E AS TAREFAS DOS CONSELHOS OPERÁRIOS

Os conselhos operários, de um modo geral, são uma forma da democracia da classe operária dentro do sistema de ditadura do proletariado, abarcando o campo da produção e o campo de dire-

A condição mais importante para o desenvolvimento dos conselhos é a ativa atitude dos membros do Partido a respeito dos mesmos e de suas tarefas.

Com respeito aos conselhos do povo e os órgãos democráticos locais do poder estatal, a principal linha de nossa política é o incremento dos seus poderes e de sua independência.

É necessário concluir, se possível até o fim do ano, a reorganização da indústria em pequena escala através da transferência de sua supervisão para os conselhos do povo.

A POLÍTICA DO PARTIDO NO CAMPO

A transformação socialista do campo é a tarefa mais difícil no conjunto da construção socialista. Os círculos agrícolas, as equipes de produção e as cooperativas refletem as idéias de autonomia econômica dos camponeses. Em sua política agrícola o Partido adotou a linha de um amplo desenvolvimento das diferentes formas de cooperação camponesa.

A aliança operária-camponesa assumiu, na Polônia, duas formas do ponto de vista de organização. A primeira é a atividade direta de

nosso Partido no campo, através das organizações partidárias, atuando politicamente nas organizações de massas camponesas e a segunda é a cooperação de nosso Partido com o Partido dos Camponeses Unidos, que tem uma rede de organizações partidárias próprias no campo e que representa as tradições radicais do movimento camponês na Polônia. Nós consideramos o Partido Camponês Unificado um elemento permanente da nossa vida política, em nosso caminho para o socialismo. Ao mesmo tempo o Partido deve prestar crescente atenção à penetração, em alguns setores do Partido Camponês Unido, de elementos estranhos, até hostis ao poder popular e ao socialismo.

A UNIDADE DO PARTIDO

Desde o 8.º Pleno até os dias que correm, ainda não foi o Partido capaz de construir a completa unidade em suas fileiras. As conseqüências do período passado podem ser vistas na confusão ideológica entre certos membros do Partido, nas várias teorias falsas que estão sendo defendidas, nas tendências revisionistas, nas tendências para negar o centralismo de-

mocrático como o alicerce orgânico do Partido. É necessário acentuar o perigo, de um lado do revisionismo, de outro lado do dogmatismo e conservantismo.

AS QUESTÕES ECONÔMICAS

O aumento de 30% nos salários reais e rendas da população, previsto no Plano Quinquenal, não produziria ainda a necessária prosperidade. No estado presente da economia do país é impossível encontrar mais fundos para aumentar os salários. Sobre as pequenas greves que tiveram lugar em algumas empresas, em virtude de reivindicações econômicas, é preciso ser claramente estabelecido que o nosso Partido é contra greves e não pode apoiar e muito menos organizá-las. Ao mesmo tempo, não desejamos empregar medidas administrativas nos casos em que os operários cruzam os braços.

Num Estado socialista, que é um Estado da classe operária, do povo trabalhador, a greve é sempre um sinal de advertência. Ele indica ou um dessarinho na administração ou então a atividade de elementos perturbadores, hostis ao poder popular. Estes dois fatores, por vezes, aparecem simultaneamente.

Uma greve indica, acima de tudo, fraqueza política na organização do Partido, a falta de ligação entre o Partido e a classe operária, a falta de laços políticos entre o Partido e as massas.

Num Estado socialista a greve somente prejudica os próprios grevistas e o país. (Conclui na 11.ª página).

GANHA VULTO O MOVIMENTO NACIONAL CONTRA O AJUSTE DE FERNANDO DE NORONHA

EXPERIÊNCIAS DA CAMPANHA EM SÃO PAULO



A campanha contra a entrega de Fernando de Noronha, no Estado de São Paulo, vem se desenvolvendo através de inúmeras manifestações populares de vários tipos. Na capital e no interior têm sido realizados comícios, atos públicos, palestras e conferências. Através de comissões nos bairros, debates nas organizações estudantis, sindicais e populares, a campanha se fortalece no terreno da organização. Divulgamos, a seguir, algumas experiências dessa patriótica luta do povo paulista.

COMÍCIOS NOS BAIRROS
Nos bairros e vilas da capital vêm se formando comissões de personalidades locais que congregam os patriotas de todas as tendências políticas em torno da defesa de Fernando de Noronha. Tais comissões dirigem manifestos aos moradores dos bairros, realizam debates e promovem comícios em praça pública. Aos comícios têm comparecido, especialmente convidados, os políticos ligados ao bairro bem como os seus moradores mais proeminentes. Deputados estaduais e vereadores

de diversos partidos vêm participando dos comícios que a cada dia são mais concorridos e entusiasmados.

ORGANIZAÇÕES POPULARES

Já estão participando ativamente da campanha alguns conselhos distritais e associações de amigos dos bairros. O Conselho Distrital de Guaiabases, por exemplo, vem promovendo debates e comícios com a presença, de comerciantes locais, personalidades e políticos.

No bairro do Brás organizou-se uma Comissão Executiva da Frente Nacionalista, constituída de políticos dirigentes dos diretórios locais de alguns partidos e moradores de prestígio no bairro. Um programa de ação comum está sendo elaborado e o Brás foi o primeiro bairro a apoiar, mediante organização local, a Frente Nacionalista de São Paulo.

FRENTE NACIONALISTA

Em reunião realizada na Câmara Municipal, com a presença de deputados federais, estaduais, vereadores e personalidades representativas de vários setores da atividade

social, foi criada a Comissão Provisória da Frente Nacionalista destinada a orientar, conduzir e organizar o movimento em São Paulo. Como já ocorrera em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Maranhão, o movimento nacionalista se organiza em São Paulo em torno de personalidades de relevo, que representam os interesses das diversas classes e camadas sociais, em autêntica frente única de defesa dos altos interesses nacionais.

CONFERÊNCIAS DE PERSONALIDADES

Outra experiência da luta do povo paulista, em defesa de Fernando de Noronha e

da soberania nacional, é a de realização de sucessivas conferências e palestras promovidas por personalidades locais em vários aspectos da cessão de bases e dos pactos lesivos à nossa soberania. Desde as palestras nos bairros, nas sedes dos conselhos e associações, até conferências como a do Senador Velasco proferida no Instituto Caetano de Campos, ou a do Deputado Osni Duarte tais debates têm servido não somente para o esclarecimento da opinião pública, mas principalmente têm dado ensejo à organização de comissões e de outras iniciativas de luta.

Prosegue a Ocupação do Nordeste

AEROPORTO MILITAR DE GUARARAPES, BASE AMERICANA

Segundo telegramas de Recife, publicados na imprensa desta capital e de São Paulo, o importante aeroporto militar de Guararapes, da capital pernambucana, já está transformado em base norte-americana. Os aviões da Força Aérea Norte-americana, em número crescente, realizam vôos de observação em toda a costa do nordeste, partindo do aeroporto de Guararapes. Tais observações são preliminares da ocupação e montagem da base de teleguiados de Fernando de Noronha. Violando expressamente a Constituição, que não permite, sob nenhum pretexto, a permanência de tropas estrangeiras em território nacional, sem autorização do Congresso, tais aviões militares e suas numerosas guarnições já estabeleceram base no aeroporto de Guararapes, o que vem despertando grande indignação entre o povo pernambucano especialmente na população de Recife.

ESTAÇÃO DE RADAR EM MOSSORÓ

Já foi iniciada em Mossoró a instalação de uma estação de radar pela Força Aérea Americana. Segundo telegrama de Natal os militares já chegaram num B-50 da USA AIR, ocupando terrenos pertencentes ao Fomento Agro Pecuario. A nova base de radar é parte integrante do sistema de foguetes teleguiados que os lanques pretendem instalar no nordeste. A população de Mossoró vem manifestando grande indignação ante o fato o mesmo ocorrendo em Natal quanto ao intenso movimento de aviões militares lanques pelo seu aeroporto.

NOTÍCIAS DO MOVIMENTO PATRIÓTICO

DISTRITO FEDERAL

* Na sede da União Nacional dos Estudantes realizou-se no dia 21 importante reunião dos diretores e membros da Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha. Participaram da mesma os senadores Domingos Velasco e Guilherme Malaquias, deputados Frota Moreira e Leônidas Cardoso, vereadores Mourão Filho, Afonso Celso e Zélio Coutinho, universitário Otaviano de Andrade, presidente em exercício da UNE, professor Henrique Miranda, Coronel Salvador Benevides, major Napoleão Bezerra e outros. Foram aprovadas medidas para intensificar a campanha de esclarecimento em todo o território nacional através de folhetos, conferências, palestras, reuniões, etc. Foi designada uma comissão, composta do deputado Frota Moreira, vereador Mourão Filho, dirigente sindical Benedito Cerqueira, do presidente da UNE e do professor Henrique Miranda para entrar em contacto com todas as correntes setoriais e grupos nacionalistas para que se unam todas as forças patrióticas em amplo movimento de massas de âmbito nacional.

SÃO PAULO

* Teve lugar no dia 24 passado, no Instituto Caetano de Campos, na capital paulista, a importante conferência do senador Domingos Velasco sobre o tema «Aspectos da política exterior do Brasil e o ajuste de Fernando de Noronha». O ato foi presidido pelo marechal Edgar de Oliveira e contou com a presença de deputados, vereadores personalidades e grande assistência.

* Prosseguem os comícios nos bairros e vilas, com crescente apoio popular. Na última semana foram realizados comícios em Vila Prudente, Vila Matilde, São João da Boa Vista, Guaiabases, Penha e Jardim Japão.

* A Comissão Provisória da Frente Nacionalista em São Paulo ficou integrada dos seguintes membros: Marechal Edgar de Oliveira (Presidente), deputados Dagoberto Salles, Frota Moreira, Cid Franco, vereador Milton Marcondes, acadêmico Antônio Carlos Cesarino Júnior, (presidente da UNE), Dr. Francisco Netto Cabral, dr. Osvaldo Cavalcanti de Albuquerque, dr. Almino Álvares Afonso, professor Mario Schenberg, dirigente sindical Luís Bachiera, (Presidente da União dos Ferrovias do Brasil).

A Petrobrás Continua Ameaçada

A CONCESSÃO A REFINARIA DE CAPUAVA FERE A LEI QUE CRIOU A PETROBRÁS — O SR. KUBITSCHK FAZ DEMAGOGIA — EXIGIR QUE SEJA ANULADA A CONCESSÃO A REFINARIA DE CAPUAVA E QUE SEJA DADO TODO APOIO À PETROBRÁS

Continua na ordem do dia a questão de Capuava. Tiveram grande repercussão na opinião pública e nos meios políticos as denúncias, vindas dos Estados Unidos inclusive, de que o governo do sr. Juscelino Kubitschek, submetendo-se às imposições da Standard Oil, estaria inspirando e apoiando uma revisão na política nacionalista do petróleo. A decisão do Conselho Nacional do Petróleo, permitindo que a Refinaria de Capuava aumentasse sua produção diária de 30.000 barris para 31.000 barris, decisão que fere frontalmente a lei 2.004 que criou a Petrobrás, levantou o véu que encobria as manobras dos trustes americanos de petróleo e das autoridades governamentais brasileiras.

Os fatos provam o contrário. Nenhuma refinaria pode aumentar sua produção em 55%, como fez Capuava, à custa da produtividade da mão de obra, sem novas instalações. Estas instalações foram ilegalmente adquiridas. Em 1956, a Refinaria União S.A. (Capuava) fez importação de equipamentos técnicos no valor de 630 mil dólares, mediante câmbio preferencial concedido pela SUMOC. O financiador foi a Gulf Oil Corporation. No boletim da SUMOC de dezembro de 1956, consta como objetivo dessa importação o funcionamento "mais seguro e de maior rendimento da Refinaria". Antes de a SUMOC conceder o pedido de câmbio preferencial, entretanto, mandou que fosse ouvida a Petrobrás. A Petrobrás respondeu (e o documento consta do processo n. 145.56, arquivado na SUMOC, na Divisão de Financiamento Estrangeiro) que tinha razões para crer que o material constante do pedido de importação destinava-se à instalação da Refinaria de Capuava e, como tal, não deveria o pedido ser concedido. De nada adiantou, pois a importação foi realizada.

O conhecimento desses fatos, que não podem deixar de ser do conhecimento dos "técnicos" do CNP e do sr. Juscelino Kubitschek, encontrou viva repulsa no país e nos meios parlamentares.

Os Atos Contradizem as Palavras do Sr. Kubitschek

Já no dia 10 p.p., seguindo-se a vários outros pronunciamentos, o deputado Nelva Moreira, na no Palácio Tiradentes, uma patriótica declaração assinada por 160 deputados, que, "em face do recrudescimento da campanha contra a Petrobrás", "reafirmam a sua inabalável determinação de manter o monopólio estatal do petróleo, opondo-se, consequentemente, a toda iniciativa parlamentar que procure invalidá-la".

Na Câmara Municipal, no dia 14 do mesmo mês, também foi denunciada a trama de Capuava. O Senado, por sua vez, no dia 21, reagiu ante a ofensiva contra o monopólio da Petrobrás, através dos pronunciamentos dos senadores Kerginaldo Cavalcanti, Juraci Magalhães e Costa Paranhos. Tornava-se impossível ao governo silenciar.

"O Semanário", edição de 24 a 30 de maio, relata que o general Teixeira Lott, sabendo através do sr. Juscelino Kubitschek, que este tivera entendimentos, em princípio, com representantes credenciados de grupos capitalistas estrangeiros do petróleo, de clara:

— Lamento ter de dizer a V.Ex. que se a lei da Petrobrás for modificada, o Exército se verá na contingência de retirar por completo seu apoio ao governo.

Tal a repercussão que estas declarações provocaram que o Gabinete do Ministro de Guerra distribuiu uma nota à imprensa, desmentindo as informações do "O Semanário", e reafirmando os propósitos do governo e das forças arma-

das de prestigiar a Petrobrás. O próprio sr. Juscelino Kubitschek é obrigado a fazer uma visita às pressas aos escritórios da Petrobrás, na qual demagógicamente manifestou seu integral apoio e solidariedade à Petrobrás.

Uma coisa são, porém, as palavras do Presidente, outra coisa, seus atos. A concessão à Refinaria de Capuava, que abre uma brecha na Petrobrás, continua de pé. O general Juares Távora, conhecido porta-voz do entreguismo, aproveita este momento para fazer declarações contra o monopólio estatal do petróleo, cuja produção, segundo ele, não comprova a justiça da orientação nacionalista seguida.

Exigir Que Seja Anulada a Concessão à Capuava e Que Seja Dado Todo o apoio à Petrobrás

O povo brasileiro exige atos concretos em defesa da Petrobrás. No Parlamento, vários deputados dirigiram um apelo ao sr. Juscelino Kubitschek, no sentido de que revogasse a decisão sobre Capuava, demonstrando, dessa forma que não são suas atitudes recentes, em apoio à Petrobrás.

O povo brasileiro, deve exigir do governo a revogação da deliberação do CNP sobre Capuava e dirigir-se ao Parlamento a fim de pedir aos deputados que se mantenham firmes e vigilantes em defesa da Petrobrás.

A Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia

Artigo de G. FAVSTOV

A 27 DE FEVEREIRO de 1917 (12 de março, segundo a contagem atual), foi derrubada a monarquia na Rússia. Triunfou nesse país a revolução democrático-burguesa. A vitória da revolução de fevereiro esteve condicionada por toda a marcha do desenvolvimento econômico e político do país, na época do imperialismo incipiente. Em virtude das condições historicamente criadas, a Rússia chegara a ser o elo mais débil na cadeia da frente imperialista.

A Rússia enveredou pelo caminho do desenvolvimento capitalista muito depois que os países avançados do Ocidente. Todavia, por ocasião do início da 1.ª guerra mundial imperialista, passou a ocupar o 5.º lugar no mundo, quanto à fundição de aço e o 6.º lugar, quanto à extração de carvão, tendo alcançado o país um nível bastante elevado de desenvolvimento nas indústrias de construção de maquinaria e têxtil. Desde princípios do século XX, os monopólios desempenhavam um papel imenso na economia da Rússia e ali se verificava um processo de fusão do capital bancário com o industrial. No entanto, a Rússia continuava sendo um país eminentemente agrário.

O atraso da Rússia czarista intensificava a sua dependência econômica em relação ao capital monopolista do Ocidente. Em 1917, a dívida russa para com os bancos estrangeiros ultrapassava 8 bilhões de rublos. O tzarismo e a burguesia russa conduziam o país para uma catástrofe nacional inevitável.

O proletariado russo era a única força social capaz de realizar a reestruturação revolucionária do país. O alto grau de concentração da indústria russa determinava um alto grau de concentração dos operários nas grandes empresas, o que tinha muita importância para o desenvolvimento da luta de classes do proletariado, contribuía para a elevação da sua consciência e organização e facilitava o trabalho partidário dos bolcheviques, dentro dele.

Um importante aliado do proletariado era o campesinato russo, integrado por muitos milhões de seres humanos. Esmagados pela miséria, explorados cruelmente pelos latifundiários e pelos capitalistas, os camponeses lutavam pela liquidação total da propriedade feudal da terra e pela conquista das liberdades democráticas.

As contradições sociais eram complementadas por agudas contradições nacionais. A Rússia era uma prisão de povos.

Os povos das nacionalidades periféricas viam-se impelidos pela marcha do desenvolvimento histórico, à aliança com a classe operária russa, que atuava como força de vanguarda pela salvação nacional da Rússia.

A 1.ª guerra mundial, que estourou como resultado das contradições econômicas e políticas do imperialismo, piorou ainda mais a situação de todos os povos da Rússia.

A guerra abalou até os alicerces de todo o mundo capitalista acarretando sofrimentos inauditos e miséria para as massas populares. Ao degenerar de européia em mundial, a guerra incluiu em sua órbita as colônias e os países dependentes e com isso facilitou a unificação do movimento revolucionário na Europa como o movimento nacional-libertador dos povos subjulgados, conduzindo ao debilitamento do imperialismo mundial. A guerra foi um poderoso acelerador do processo de amadurecimento da revolução na Rússia. O tzarismo não suportou a prova da guerra e levou a uma gigantesca destruição das forças produtivas do país.

A crise da economia do país foi acompanhada de uma agravamento da situação econômica das massas populares e de um maior grau de exploração, levada ao máximo. Cresciam

TEORIA E PRÁTICA

Os Princípios Fundamentais Do Comunismo e as Particularidades nacionais

V. I. LENIN

"Por todas as partes sente-se estender-se e crescer o descontentamento contra a II Internacional por seu oportunismo, ao lado de sua inabilidade e incapacidade para criar um núcleo realmente centralizado e dirigente, apto para orientar a tática internacional do proletariado revolucionário, em sua luta pela República soviética universal. É preciso compreender perfeitamente que tal centro dirigente não pode, em nenhum caso, ser formado de acordo com um modelo estabelecido de uma vez para sempre, por meio da igualação mecânica ou uniformidade das diversas regras táticas de luta. Enquanto subsistirem diferenças nacionais e estatais entre os povos e os países — e estas diferenças subsistirão inclusive muito tempo depois da instauração universal da ditadura do proletariado —, a unidade da tática internacional do movimento operário comunista de todos os países exige, não a supressão da variedade, não a supressão das particularidades nacionais (o que constitui atualmente um sonho absurdo), mas uma aplicação tal dos princípios fundamentais do comunismo (Poder dos soviets e ditadura do proletariado) que faça variar como é necessário estes princípios em suas aplicações parciais, que os adapte, que os aplique acertadamente às particularidades nacionais e políticas de cada Estado. Investigar, estudar, descobrir, adivinhar, compreender o que há de nacionalmente particular, de nacionalmente específico na maneira como cada país aborda concretamente a solução de um mesmo problema internacional: o triunfo sobre o oportunismo e o doutrinarismo de esquerda no seio do movimento operário, a derrubada da burguesia, a instauração da República Soviética e a ditadura do proletariado, é o principal problema do período histórico que atravessam atualmente todos os países adiantados (e não só os adiantados)."

("A enfermidade infantil do 'esquerdismo' no comunismo" OBRAS ESCOLHIDAS — Tomo II — pág. 785-786 — Edição em espanhol — Moscou, 1938)

de maneira incontida a exasperação popular e o ódio à autocracia. A revolução se aproximava. Aumentava o movimento grevista da classe operária, começaram a repetir-se os levantes revolucionários dos soldados e marinheiros nas frentes de batalha. Nessas condições, até a burguesia russa viu-se obrigada a pronunciar-se contra o tzar. Descontente com a incapacidade do autocrata para assegurar a boa marcha da guerra imperialista, com a completa impotência do tzar para debelar o incêndio revolucionário que se avizinhava do país, a burguesia, apoiada pelos imperialistas anglo-franceses, decidiu-se a preparar um complot para derrubar Nicolau II e substituí-lo por outro monarca. Mas os planos da burguesia não haviam de realizar-se. A revolução varreu a autocracia tzarista.

O movimento revolucionário era dirigido pelo Partido Bolchevique, encabeçado pelo grande Lênin.

Os bolcheviques explicavam às massas que a guerra imperialista era uma guerra de espoliação, que visava anexar terras alheias e submeter os pequenos povos.

O manifesto do Partido sobre a guerra, assinado por V. I. Lênin, foi um programa de ação combativo para os partidos proletários e a classe operária de todos os países do mundo. A política que visa à derrota do próprio governo imperialista, ensinava Lênin, deve ser aplicada não só pelos revolucionários russos, mas também por todos os partidos revolucionários da classe operária de todos os países beligerantes, por todos aqueles que amam a causa da liberdade. A teoria leninista sobre os problemas da guerra, da paz e da revolução tinha um caráter verdadeiramente internacional.

As idéias revolucionárias empolgavam a todas as forças democráticas da Rússia e, antes de tudo, a classe operária. Cada vez mais se engajavam no movimento revolucionário, o exército e as amplas massas da população camponesa.

O centro dos acontecimentos revolucionários era Petrogrado, o mais importante centro político e econômico do país. Cerca de 500 mil homens estavam dispostos, ali, a terminar com o odioso poder do tzarismo. Dirigidos pelos bolcheviques, os operários de Petrogrado, aliados às tropas revolucionárias da guarnição, derrubaram o tzarismo e a 27 de fevereiro içaram a bandeira da liberdade sobre sua pátria.

A vitória da revolução de fevereiro teve uma importância histórica-mundial. A derrubada do tzarismo — baluarte da reação mundial — repercutiu com um eco estrondoso em todos os países do mundo.

A revolução suscitou um auge do movimento grevista em muitos países. Os operários lançavam-se à rua exigindo o fim da guerra imperialista. Durante aqueles dias, tomou novo ânimo o movimento revolucionário nas frentes de batalha. Reforçaram-se os atos de confraternização entre os soldados. Os soldados russos negavam-se a disparar contra os alemães e vice-versa.

A vitória da revolução de fevereiro deu início à aplicação da palavra-de-ordem de Lênin sobre a transformação da guerra imperialista em guerra civil.

A revolução de fevereiro atinou com extraordinário vigor a vida política da Rússia.

A Rússia passou a ser o mais democrático de todos os Estados beligerantes. E isso teve uma importância imensa para a sucessiva ativação e consolidação das forças revolucionárias. A classe operária russa e muitos milhões de homens que integravam as massas camponesas tiveram a possibilidade de unir-se em suas organizações políticas. O Partido Bolchevique saiu da ilegalidade; voltou para a Rússia, do exterior, o chefe do Partido — V. I. Lênin — o que teve uma importância incalculável para os destinos da classe operária e de todos os trabalhadores.

A revolução confirmou com excepcional vigor a justeza da tese leninista acerca de que uma condição indispensável para o triunfo de toda revolução popular é a aliança da classe operária com o campesinato trabalhador, assegurando o papel dirigente do proletariado. A frente da aliança combativa dos operários e camponeses trabalhadores, achava-se um partido provado e temperado na luta, o Partido dos bolcheviques, liderado pelo grande Lênin.

A revolução de fevereiro chegou, em seu desenvolvimento, até quase a própria ditadura revolucionário-democrática dos operários e camponeses. Durante o seu curso foram organizados em todo o país soviets de deputados operários e soldados: os órgãos da ditadura revolucionário-democrática de operários e camponeses. Revelou-se aí a criação revolucionária das massas populares.

Entretanto, ao lado dos soviets, em virtude de uma conflagração dos partidos burgueses-latifundiários — octubristas e democratas constitucionais — com os partidos conciliadores — mencheviques e social-revolucionários — foi organizado um governo provisório burguês: órgão da ditadura da burguesia. O governo provisório burguês, ao subir ao poder, não resolveu nenhum dos principais problemas econômicos e sociais da revolução. Ainda mais, desde o primeiro dia de sua formação, propôs a continuação da guerra imperialista, «até o fim vitorioso». Os povos, esgotados pela guerra, não conseguiram nem a paz desejada, nem pão, nem verdadeira liberdade. A burguesia continuava a política do tzarismo derrubado.

Os operários e camponeses que haviam feito a revolução não podiam conformar-se por muito tempo com semelhante estado de coisas. Colocaram-se na ordem do dia os problemas essenciais da passagem à revolução socialista.

O Partido dos bolcheviques, seguindo a doutrina de V. I. Lênin, o gênio da revolução, e aproveitando a situação histórica concreta, realizou um trabalho titânico a fim de unir a classe operária e fortalecer a aliança entre operários e camponeses trabalhadores, aos quais conduziu à vitória sobre o capitalismo, em outubro de 1917.

O triunfo da Revolução de Outubro foi determinado pelo enfraquecimento do sistema do imperialismo, suscitado pela 1.ª guerra imperialista mundial.

Como resultado do abalo do imperialismo durante a 2.ª guerra mundial, empreenderam o caminho do desenvolvimento socialista a República Popular da China e uma série de países da Europa Central e Sul Oriental.

A chama da revolução socialista acesa em Outubro é inapagável; as idéias da paz, da democracia e do socialismo vivem e triunfam.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Significação do Centralismo Democrático

Recebemos do leitor Alvaro Ramos Silveira do Distrito Federal, uma carta em que diz: "Considerando a enorme importância que tem atualmente para os comunistas a compreensão justa dos princípios de organização do Partido, rogamos que esclareçam na VOZ OPERÁRIA qual é a significação e a necessidade do centralismo democrático."

Atendendo ao pedido do leitor, publicamos a seguir uma resposta do nosso colaborador Apolônio de Carvalho.

Ao mesmo tempo comunicamos aos nossos leitores que, a partir de hoje VOZ OPERÁRIA manterá esta seção, na qual serão respondidas perguntas sobre problemas políticos e técnicos.

Para compreender o centralismo democrático, é necessário, antes de tudo, ter em conta que não se trata de um princípio válido para um partido qualquer. O centralismo democrático é o princípio básico de organização próprio de um partido revolucionário que serve a classe operária para fazer a revolução socialista e instaurar a ditadura do proletariado. E, por isso, o princípio básico de organização do partido marxista-leninista. Este partido deve dirigir a luta de classes do proletariado, ganhar as massas trabalhadoras, apoiar-se em sua iniciativa criadora, derrubar a burguesia. O proletariado faz essa luta em condições difíceis e desiguais. Os capitalistas dispõem da força e da organização do aparelho do Estado; o proletariado, porém, só pode lutar e vencer se se apóia numa direção centralizada, na mais sólida união de suas fileiras, na mais firme disciplina. Para isso, é necessária, antes de tudo, de organização. "Sem organização — diz Lênin — não é possível nem disciplina, nem controle, nem direção efetiva". A organização é para o proletariado uma arma de luta essencial. Mais que isso é mesmo a única arma de que ele dispõe para a luta de classes. Em seus tempos de marxista, Kautski definia a organização como "a arma especificamente proletária da luta de classes."

O proletariado — ensina Lênin — não dispõe, em sua luta pelo poder, de outra arma a não ser a organização. ("Obras Escolhidas" Tomo n. 3, pág. 244).

Ora, o Partido é a forma superior de organização da classe operária. É sua vanguarda. Por isso mesmo, ele deve ser um destacamento perfeitamente organizado. Deve ser "um todo orgânico", "uma unidade organizada", como o definia Lênin; deve ser "a personificação da disciplina e da organização" — como o definia Stálin. O Partido deve ser a organização central capaz não só de traçar a linha geral como de pôr em movimento as demais organizações da classe. Para que o Partido tenha essas características que são específicas próprias de sua missão de vanguarda, é necessário que se apóie também em princípios de organização próprios, característicos, que correspondam àquela missão. Estes princípios são a unidade, a disciplina, a crítica e autocrítica, a democracia interna, o centralismo. Todos eles decorrem do princípio fundamental da organização do P. — que é o centralismo democrático. E, pois, o centralismo democrático que assegura o caráter profundamente revolucionário e democrático da estrutura e da atividade do Partido. Ele é democrático, porque se apóia na iniciativa e na responsabilidade comum dos militantes — através do caráter ativo de todos os seus organismos, de uma ampla democracia interna, da prestação de contas dos organismos eleitos; ao mesmo tempo, é se apóia na unidade

VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável
Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17.º and., s/ 1712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual 100 00

Semestral 60 00

Trimestral 30 00

Núm. avulso 2 00

Núm. atrasado 3 00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:

Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 2 00

Goiás e interior de Amazonas e Territórios 4 00

Outros Estados 3 00

M. Gerais 2 50

SUCURSAIS:

SAO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28, 2.º and. — Tel. 37-4983

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3.º and. — s/ 326

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03

SALVADOR — Rua Barão de Cotejipe, 67 — Edifício Zacarias s/ 203 (Caçada)

IOXO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4.

PLEITEIAM OS BANCÁRIOS 45% DE AUMENTO

Em reunião realizada na Capital da República, dirigentes sindicais de todo o país aprovam o Plano Nacional de Reivindicações

Reuniram-se na Capital da República representantes dos bancários de todos os Estados do Brasil, para discutir e aprovar um plano nacional de reivindicações, para o ano de 1957. Após vários dias de reunião, em que todas as questões foram amplamente debatidas, foi aprovado o seguinte plano nacional de reivindicações:

1.º) — QUANTO A SALÁRIOS: — a) aumento geral

Vitoriosos os Marceneiros Gaúchos

Os marceneiros gaúchos conquistaram importante vitória no dissídio coletivo instaurado contra os patrões, obtendo um aumento geral de 45% nos salários. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Marcenaria obteve ganho de causa nas duas instâncias jurídicas a que recorreu.

No entanto, os patrões não se conformaram com essa decisão da Justiça trabalhista e passaram a sonhar por todas as formas o aumento concedido a seus empregados. Raras são as firmas que cumprem o acordo, burlando assim a lei.

Numa das fábricas da capital gaúcha, o patrão, para fugir ao pagamento do aumento de 45%, resolveu chamar seus empregados e propor-lhes pagar apenas 30%. Ameaçou-os inclusive com despedidas e outras perseguições equivalentes, se não acatassem a sua proposta.

Diante da recusa enérgica dos operários, que abriram mão, se acatassem, de uma conquista assegurada em lei, decidiu o patrão "cortar" 15% e pagar apenas 30% de aumento. Mas nas folhas de pagamento que os operários assinam, figura como se recebessem o aumento de 45% e também o desconto para o IAPI é feito na base de 45%.

Os marceneiros não permitirão de forma alguma que seus legítimos direitos sejam sonhados e, através do Sindicato, lutarão para que as burlas e anulação sejam anuladas.

de 45% (quarenta e cinco por cento); — b) — aumento mínimo de Cr\$ 1.900,00 (um mil e novecentos cruzeiros); — c) — a partir do término do último acordo e a findar um ano após.

2.º) — QUANTO AS DEMANDAS REIVINDICADAS:

Que conste do acordo a ser assinado cláusula estabelecendo que, dentro de 30 (trinta) dias da data da assinatura do convênio salarial, os Sindicatos de Bancários e de Bancos se reunirão, sob a presidência do Ministério do Trabalho, para estudos e resoluções a respeito das seguintes questões de interesse dos Bancários:

a) — extinção do trabalho aos sábados;
b) — salário profissional;
c) — quinquênios;
d) — abono familiar;
e) — restabelecimento da hierarquia salarial, quebrada pela aplicação rígida do salário mínimo e dos acordos de aumento de salários;
f) — complementação dos salários pelos Bancos, sempre que o bancário entre em licença para tratamento de saúde;

g) — remuneração e horário de trabalho dos que exercem funções em comissão;

h) — fixação do critério para pagamento de gratificações;

i) — exame da situação das diversas regiões do País, no sentido de verificar a necessidade e possibilidade de fixação de abonos salariais para os bancários que exercem suas atividades em cidades, Estados ou regiões em que o custo de vida oferece desequilíbrio frente às demais regiões.

II — Os pactuantes reconhecem que a assinatura de acordos salariais em separado prejudica a unidade nacional que objetivam e por isso se comprometem a lutar para que sejam tais reivindicações acordadas em reunião nacional de bancários e banqueiros.

III — Os pactuantes delegam poderes à Comissão Executiva Nacional de Bancários para os entendimentos com os senhores banqueiros e autoridades, visando alcançar o objetivo colimado no item II.

IV — Outrossim, comprometem-se a, em seus respectivos Estados, procurar elevar

o nível de organização da corporação, de sorte a possibilitar, dentro do menor tempo, mais altas formas de reivindicações, que inclusive favoreçam os entendimentos amigáveis, até o final.

V — Os pactuantes obrigam-se a manter e estreitar suas relações e o intercâmbio recíproco, assim como a atender ao chamamento da Comissão Executiva Nacional dos Bancários, para que, em conjunto, resolvam as situações que surjam no decorrer da campanha.

VI — Os signatários, obrigando-se embora a defender perante as assembleias gerais de seus sindicatos o presente compromisso, declaram que a validade do mesmo fica, no que respeita a cada sindicato, subordinada à aprovação da Assembleia Geral, do que será dada imediata ciência à Comissão Executiva Nacional dos Bancários, até o dia 8 (oito) de junho próximo, para que no dia 12 do mesmo mês seja dado cumprimento ao planejado pelo VI Congresso, no concernente a entrega aos senhores banqueiros em cada localidade, Estado e na Capital Federal, bem como a todas as autoridades executivas e legislativas, municipais, estaduais e federais, das reivindicações dos Bancários.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1957.

III CONFERÊNCIA DE LAVRADORES DO PARÁ

Proseguem intensos os preparativos para a realização da 3ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, nos próximos dias 27 e 28 de julho, na cidade de Belém.

Uma comissão de diretores da UBRAP (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará) deverá entrevistar-se com o prefeito de capital paraense, a fim de solicitar-lhe apoio e ajuda material à realização do terceiro encontro dos lavradores do Estado.

Tudo indica que essa nova e importante reunião constituirá um avanço no movimento em defesa das reivindicações mais sentidas das massas camponesas do Pará.



Nos dias tempestuosos de 1917 o proletariado revolucionário da Rússia formou seus destacamentos armados — a famosa "Guarda Vermelha". Na velha foto, vemos o primeiro destacamento de guardas vermelhos da Fábrica Treugolnik, de Petrogrado.

O Salário-Mínimo Prepara-se a Greve no Frigorífico Anglo, em Pelotas

DO CORRESPONDENTE — Na cidade de Itaúna, importante centro industrial mineiro, funcionam várias fábricas têxteis e metalúrgicas, onde trabalham milhares de operários.

A lei do salário mínimo, aprovada em junho de 1955, ainda hoje é burlada. Os patrões negam-se a pagar o salário estipulado de Cr\$ 3.100,00 e pagam apenas Cr\$ 2.850,00.

Diante dessa situação, os trabalhadores estão dispostos a recorrer inclusive à greve, em defesa de seus direitos. Recentemente, na Assembleia Legislativa Estadual, o deputado trabalhista Siqueira apresentou um requerimento, sugerindo que a Câmara fizesse uma indicação ao Ministro do Trabalho, no sentido de rápida solução do recurso dos empregados de Itaúna, e inafior do pagamento do salário mínimo legal — Cr\$ 3.100,00.

Os operários de Itaúna não estão dispostos a permitir mais que os industriais e comerciantes locais continuem a lesá-los e se organizam para recorrer à luta, se necessário.

Preparam-se os trabalhadores do Frigorífico Anglo, de Pelotas (Rio Grande do Sul) para recorrer à greve, em sua luta por aumento de salários, diante da intransigência dos patrões a essa justa reivindicação.

Ainda em meados de abril, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados, com auxílio da respectiva Federação, iniciou um dissídio coletivo contra o Frigorífico Anglo. Em concorrida assembleia, os trabalhadores aprovaram a seguinte tabela de aumento: 4 cruzeiros por hora, para discutir e Cr\$ 3,50, para conciliação.

Três audiências foram realizadas, entre empregados e patrões. Mas a empresa, nada resolveu. Diante disso, os trabalhadores reduziram sua proposição inicial, de 4

para 3 cruzeiros. Nem mesmo assim, foram atendidos.

Finalmente, a questão passou para a Delegacia Regional do Trabalho, onde se reuniram novamente empregados e patrões. Nessa ocasião, foi feita a proposta de 22% de aumento sobre os salários atuais. Isso corresponde, em média, a um aumento de Cr\$ 2,70 por hora, inferior portanto, à exigência dos trabalhadores, que é de Cr\$ 3,00.

Os operários aceitaram a proposta do DRT, mas os patrões nada responderam. Não é possível exigir mais dos trabalhadores, que já demonstraram seu desejo de chegar a acordo, sem abrir mão, porém, de sua reivindicação. O único caminho que resta, agora, é a greve.

Unidos e dispostos a lutar, os trabalhadores do Frigorífico Anglo preparam-se para a greve, por mais um pouco de pão para os seus lares.

Na luta contra a transformação das ferrovias nacionais em sociedades anônimas, os ferroviários brasileiros demonstram possuir desenvolvida consciência de classe e inquebrantável desejo de defender a soberania nacional.

Nessa luta, onde a unidade e a organização dos ferroviários avançam, a maioria dos servidores em estradas-de-ferro tem sido mobilizada na defesa de seus direitos adquiridos, ameaçados pela Lei n. 3.115 de 1957. Lutam, também os ferroviários contra a ameaça que pesa sobre o patrimônio nacional, com a transformação das ferrovias do país em sociedades anônimas, onde o capital dos monopólios norte-americanos pode participar e ter grande influência.

No IV Congresso Nacional dos Ferroviários foi feita a denúncia de que o projeto oriundo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos tinha por objetivo a entrega das ferrovias brasileiras aos trusts e monopólios norte-americanos. Essa denúncia impediu que participem da RFF S.A. pessoas jurídicas de direito privado. O art. 6 e seus §§, do projeto que organiza a RFF S.A., estipulam que só podem ser acionistas dessa empresa as pessoas jurídicas de direito público, isto é, os governos federal, estaduais, municipais e as empresas estatais. É, portanto, vedada a participação de capitais privados, como era do desejo da Comissão Mista Brasil-EE.UU. e estabelecia o projeto primitivo. Dêse modo, a denúncia do IV Congresso Nacional dos Ferroviários foi um brado de alerta para unir os ferroviários na luta contra a entrega das ferrovias aos capitalistas estrangeiros e em defesa de seus direitos ameaçados.

Após a realização do Congresso, as lutas dos ferroviários se ampliaram. As Convenções realizadas na Bahia e no Distrito Federal tiveram a participação dos representantes da maioria dos ferroviários. Nelas foram aprovadas resoluções determinando que os ferroviários recorressem a uma greve nacional, caso fosse aprovado o projeto de transformação

Os Ferroviários Lutam Contra A Usurpação de Seus Direitos

Artigo de AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA

das ferrovias em sociedade anônima e não ficassem garantidos os direitos dos ferroviários. Na Convenção do D. F. foi eleita uma Comissão Permanente de Defesa das Ferrovias, que fez gestões junto aos senadores para que o projeto preservasse os direitos dos ferroviários. Assim, o Senado aprovou o projeto com as emendas Remy Archer, que garantiam estes direitos.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto subiu à sanção presidencial, sendo vetados pelo Sr. Juscelino Kubitschek, os arts. 15, 16, 17 e seus §§ e letras, que asseguravam os direitos adquiridos pelos ferroviários após vários anos de lutas e sacrifícios.

Não se conformando com o veto presidencial, os ferroviários, através da União dos Ferroviários do Brasil, convocaram a 3ª Convenção Nacional dos Ferroviários, realizada nos dias 4 a 6 de abril. Ali foram aprovadas resoluções contra o veto.

Até hoje não se conhece com clareza as razões do Sr. Kubitschek para vetar partes tão importantes do projeto n.º 171/55, principalmente as referentes aos direitos dos ferroviários. O primeiro ataque aos ferroviários proveio do Sr. Rui Gomes de Almeida, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Este senhor, arvorando-se em defensor do patrimônio nacional, telegrafou ao presi-

dente da República, exigindo o veto dos artigos que garantiam os direitos dos ferroviários. Que alegava o Sr. Rui de Almeida? Que o projeto aprovado transformaria milhares de ferroviários em funcionários públicos. A UFB já deu a resposta devida a esse «defensor» do Tesouro Nacional.

Outros pronunciamentos contra os ferroviários se verificaram. Partiram de homens de responsabilidade, conhecedores dos dispositivos que garantem os direitos dos ferroviários, mas que desejam amortecer a luta dos trabalhadores e criar nas ferrovias do país um ambiente de desconfianças entre os ferroviários, para golpearem melhor os seus direitos. Assim é que, em nota oficial fornecida aos jornais, o Sr. Lúcio Meira, Ministro da Viação, diz que «Todos os direitos e vantagens de que gozam atualmente os servidores das estradas-de-ferro estão garantidos não só pela lei em causa (arts. 15 e 16) mas também pela própria Constituição (art. 141 § 3º)». Não diz, no entanto, o Sr. Ministro que os ferroviários, passando a reger-se pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), não terão direito ao adicional de 15 e 20% sobre os ordenados, quando completarem respectivamente 20 e 25 anos de serviço. Não diz o Sr. Ministro que os ferroviários que atualmente percebem esse adicional continuarão recebendo, mas os que

completarem 20 e 25 anos de serviço após a transformação das ferrovias em sociedade anônima, não receberão aqueles adicionais. Não diz o Sr. Ministro que o abono família só será pago àqueles que já gozam desse direito. O Ministro da Viação não deve desconhecer que todas as regalias de que hoje gozam os ferroviários foram conquistadas após duras lutas e sacrifícios. Não foram presentes dos «bons governos» e sim resultado do esforço dos ferroviários. As conquistas de 8 horas de trabalho, a CAP, Acidente e férias, foram conquistadas antes de existir o Ministério do Trabalho. É ocioso o Sr. Ministro dizer que os ferroviários terão direito a se organizarem e reivindicar reajustamentos salariais. Os ferroviários põem as barbas de molho diante deste presente de grego. Sabem que todos os direitos contidos na CLT são usufruídos pelos ferroviários, mesmo contra a vontade do Sr. Ministro e dos demais opressores dos ferroviários.

Outro embuste com que se procura enganar não só os ferroviários, mas também o povo, é a afirmação de que se não fossem vetados os artigos do projeto, mais de 200 mil ferroviários passariam a ser funcionários públicos. Essa é uma declaração feita não só pelo Sr. Rui de Almeida, como também pelo Sr. João de Oliveira, diretor da Central do Brasil.

Dêse modo, os ferroviários se encontram diante de uma situação de fato vexatória. São obrigados a mudar de empregador, sem indenização alguma e espoliados em direitos já conquistados. Passarão a ter seus direitos regidos pela CLT, mas serão direitos limitados. Diante dessa situação, os ferroviários não ficarão de braços cruzados. O veto foi mantido pelo Congresso Nacional, apesar da luta e dos enérgicos protestos que se ergueram através de todo o território nacional. Trata-se agora de impedir que as consequências desse veto caiam sobre os ombros dos ferroviários; trata-se de assegurar na prática os direitos conquistados até agora e de ampliar esses direitos.

CARTA A IMPRENSA DE UM FERROVIARIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Recebemos de um ferroviário de Conselheiro Lafaiete, a seguinte carta:
 «Os ferroviários de Conselheiro Lafaiete, pelas colunas do vosso jornal, vêm a público denunciar as injustiças e arbitrariedades de que vem sendo vítimas e fazer sentir ao sr. Presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Diretor da Central, nossa veemente repulsa à portaria publicada no boletim diário n.º 95, página 346 do dia 26-1-57, com referência a licença para tratamento de saúde.

Nós, os ferroviários, estamos cansados de tanta demagogia e injustiças atribuídas à nossa face e que ferem nossos brios e dignidade. Somos pacíficos trabalhadores mas conscientes de nossos direitos e do que queremos. A portaria citada trouxe ao ferroviário o seguinte dilema: adoecer e perder direitos já consagrados em lei ou então manter-se doente no trabalho para não perder esses direitos.

Sr. redator, é uma calamidade, um absurdo tal portaria, pois ferroviário algum adoeceria por vontade própria. Nós, ferroviários, precisamos nos unir para derrubar tão iníqua portaria, imoral em todos os seus aspectos e que parece ser produto direto de um cérebro anormal e doente, aliás coerente com a ofensiva de liquidação dos direitos dos ferroviários que se desenvolve em todas as direções, desde a aprovação do projeto da RFFSA, nocivo aos interesses nacionais a decisão brutal e antioperária do sr. Juscelino Kubitschek e sua maioria no Congresso, liquidando os direitos dos ferroviários no referido projeto.

O diretor da Central, sr. Jair Rego de Oliveira, em entrevistas sucessivas ao rádio

e à imprensa, apregoa sua amizade aos ferroviários mas na prática procura descarregar sobre os mesmos, os excessos e incapacidade de sua administração com todo o seu cortejo macabro de desastres, protecionismo e corrupção administrativa.

Os serviços de subsistência do S.S.R. continuam cada vez piores, com os preços dos gêneros de primeira necessidade a se elevarem constantemente, havendo nesse setor também protecionismo e tratamento desigual.

Nós, ferroviários, tornamos público que lutaremos até o fim contra a aplicação da R. F. F. S. A. por considerá-la um ato político do poder executivo e sua maioria no Congresso, que fere profundamente os interesses nacionais, facilitando o controle estrangeiro sobre o nosso principal meio de transporte. Repudiamos também a aprovação do veto aos nossos direitos por considerá-lo uma imposição estrangeira e uma traição às promessas feitas por ocasião da campanha eleitoral, pelo sr. Juscelino Kubitschek. A RFFSA será um desastre para a economia nacional, acarretará grandes prejuízos à indústria nacional, com a importação de material ferroviário da América do Norte em prejuízo da nossa indústria, como a «Mafersa», a «Santa Matilde», «Cobrasma», I.R.F.A. e a F.N. Vagões e outras que procurarão descarregar o peso da crise nas costas dos trabalhadores, dispensando em massa seus empregados por falta de mercado para sua produção.

Acreditamos que um amplo movimento de unidade dos ferroviários impedirá tudo isso. Tudo depende da envergadura do nosso movimento».



Memorial de Camponeses do Capão Bonito

Uma centena de pequenos, arrendatários, pequenos e médios sítiantes do município de Capão Bonito (São Paulo), acabam de encaminhar ao deputado estadual Ariel Tomasiini um memorial, no qual levantam as suas reivindicações.

Entre elas, estão incluídas: redução de imposto territorial, em favor dos pequenos proprietários; facilidade para a aquisição de adubos e inseticidas; financiamento às lavouras, por intermédio do Banco do Estado de São Paulo.

Desenvolve-se no município um amplo movimento pela organização de uma Associação dos Lavradores de Capão Bonito, que defenda os interesses dos camponeses locais e encaminhe e dirija a luta por suas reivindicações.

Solidariedade Aos Posseiros De Formoso

A Câmara Municipal de Anápolis (Goiás), solidária com a luta que vêm travando os posseiros da região de Formoso em defesa de suas terras, aprovou por unanimidade um requerimento do vereador Gentil Alves de Souza no qual esse representante se solidarizava com aqueles trabalhadores. Os posseiros empenham-se atualmente na luta em defesa de suas posses, constantemente ameaçadas pelos grileiros e pela polícia a serviço dos latifundiários e também em defesa das colheitas de 700 mil sacos de arroz, resultado de um trabalho intenso.

Na mesma ocasião, a Câmara de Anápolis externou seu apoio à Comissão Goliana de Defesa dos Posseiros, organização criada recentemente, quando se agravou a ameaça de lançar tropas policiais contra os posseiros, a mando do governador José Ludovico. Essa Comissão vem promovendo, por todas as formas, a defesa dos valentes posseiros de Formoso, que já têm lutado até mesmo de armas na mão contra a ação dos grileiros e da polícia.

EM RIBEIRÃO PRETO

ASSEMBLÉIA EXTRAORDINARIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Numa assembléia geral extraordinária, realizada no dia 5 de maio, último, debateu o

MOVIMENTAM-SE OS ENTREGUISTAS...

Conclusão da 3ª página rios e entreguistas, do PSD e da UDN, capazes de prosseguir na execução da atual política antipopular e antinacional até às suas últimas consequências.

Foi claro o porta-voz da UDN: não bastam os favores e concessões até aqui feitos ao capital estrangeiro. Como primeiro ponto para a pacificação são exigidas novas regalias para os investimentos e lucros dos monopólios ianques que sugam a nossa economia. São insuficientes as provas de submissão à «política atlântica»: a entrega de Fernando de Noronha para base da agressão atômica, a nossa participação da Conferência do Atlântico Sul, o Pacto do Rio de Janeiro, não contentaram os círculos da reação e do entreguismo. Na questão cambial é exigido o livre câmbio, ou seja, uma política de grandes lucros para os plantadores e exportadores de café em detrimento de nossa indústria, cujo surto é classificado de falso e pernicioso. É exigida a reforma eleitoral, que visa a formação de um eleitorado de elite, ou seja, a liquidação do direito de voto da imensa maioria do classe operária e do povo.

Aí está, de corpo inteiro, a política de pacificação. Em círculos do próprio governo ela desperta reação, o mesmo acontecendo nos setores da oposição. Mas será sem dúvida, a união de todas as forças democráticas e patrióticas que há de impedir que este ou qualquer outro esquema de governo entregue o país, sua economia, suas riquezas, ao domínio completo dos imperialistas ianques, através dos seus mais servís agentes internos.

Sindicato dos Empregados Rurais de Ribeirão Preto o problema da extensão das leis trabalhistas ao campo. Essa reunião, presidida pelo Delegado Regional do Trabalho, contou com a participação de cerca de 180 pessoas, em sua maioria colonos das fazendas de café do município. Da mesa diretora participaram dirigentes de sindicatos operários — trabalhadores na indústria de bebidas, em massas alimentícias, metalúrgicos, vidreiros — bem como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Nazareno Ciavatta. Representou a Câmara Municipal de Ribeirão Preto, o vereador José Mortari.

Três pontos constituíram a ordem do dia dessa importante assembléia: 1) — Discussão e aprovação da ata anterior; 2) — Discussão sobre a Consolidação das Leis do Trabalho e sua extensão ao meio rural; 3) — Salário-mínimo.

Foi reconhecida unanimemente a necessidade de estender ao campo as leis trabalhistas, para que os trabalhadores agrícolas tenham mais garantias e se fixem na lavoura.

Quanto ao salário-mínimo, todos os presentes afirmaram ser indispensável lutar para que os trabalhadores do campo tenham a mesma tabela de salário-mínimo dos operários da cidade.

Nova iniciativas deverão ser agora tomadas, pelos colonos de Ribeirão Preto, no sentido de desenvolverem suas lutas em defesa de tão sentidas reivindicações.

Leia DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO De M. Rosental

O lançamento que os leitores esperavam!
LONGE DE MOSCOU
 (Em dois volumes)
 V. AJAEV
 A venda nas livrarias e pelo Serviço de reembolso Postal. Pedidos à Editorial VITÓRIA Limitada, Rua Juan Pablo Duarte, 50 - Sob. - Rio - D. Federal.

Greve de Advertência Dos Têxteis de Atibaia

Na cidade paulista de Atibaia, os operários da Companhia Têxtil Brasileira realizaram uma greve de advertência de 48 horas, a fim de obrigar os patrões a lhes pagarem os salários atrasados, desde fevereiro deste ano.

Decidiram os trabalhadores que se não fosse atendida aquela exigência, após a greve de advertência, entrariam em greve sem comunicar à direção da empresa a data da deflagração, para evitar que a Cia. fl.

COMÍCIO EM JAGUARIBE

Promovido pela Comissão Paraibana de Defesa de Fernando de Noronha

Realizou-se no dia 16 deste, mais um comício promovido por esta organização cívica, a qual é composta de elementos os mais destacados da cultura e da política do Estado nordestino. Desta vez foi o bairro de Jaguaribe o local escolhido, tendo o comício obtido o mais completo êxito. Os oradores que abordaram o palpitante tema nacionalista foram bem aplaudidos pelo povo que compareceu ao local solidarizando-se este, com aqueles, na luta contra a «amputação de uma parte do território brasileiro».

zesse qualquer manobra. A surpresa seria um elemento a favor dos operários.

Uma comissão de greve foi eleita pela assembléia realizada no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Atibaia para entrar em entendimento com a diretoria da fábrica, na capital paulista. Enquanto isso, o sindicato se mantém em assembléia permanente.

Figuras representativas do município manifestaram sua solidariedade aos trabalhadores, inclusive o prefeito e o promotor público. Mas a empresa, visando intimidar os operários, mobilizou um número imenso de policiais, muitos dos quais chegaram a dormir dentro da fábrica, durante a greve de advertência. Tais do DOPS compareceram às assembléias para intimidar os operários, porém tudo em vão. Os trabalhadores mantiveram-se cecos.

Uma grande passeata realizou-se na cidade, desfilando os operários até a porta da casa do juiz de direito, a quem comunicaram as razões da greve. Visitaram as casas do prefeito e do promotor e em seguida dirigiram-se para a redação do jornal local, pedindo-lhe após terminando a passeata, reuniram-se os trabalhadores diante da Cooperativa de Consumo de Gêneros Alimentícios, para protestar contra a atitude de seu presidente, que fazendo o jôgo dos patrões tentou cortar o fornecimento dos gêneros aos grevistas.

Os trabalhadores de Atibaia estão dispostos a desencadear a luta até a conquista total de suas reivindicações.

Ao CC do Partido Comunista do Brasil
 Recebemos: "O CZ do Tatuapé, reunido em pleno ampídeo, a fim de dar um balanço da atuação do Partido na Zona e tomar novas medidas no sentido de reforçar o Partido e suas ligações com as massas, como condição fundamental no sentido de avançarmos no caminho da libertação, sendo o CC e seu Presidium que, com audácia está dirigindo nosso Partido. Prova disso são as resoluções sobre "A situação política e nossas tarefas atuais" e "Sobre a unidade do Partido".
 O Pleno também deu todo o apoio ao CC pelas medidas tomadas com relação à imprensa e principalmente à VOZ OPERÁRIA, medidas essas que vieram reforçar a confiança de todo o partido no CC e no Presidium.
 Camaradas do CC, temos a certeza de interpretar aqui a opinião das COBB e de todos os membros do Partido em nossa jurisdição. Por isso garantiremos aos camaradas que não pouparemos esforços para tornar vitoriosas as resoluções do CC.
 Salve a direção do PCB dirigido pelo querido camarada Luiz Carlos Prestes.
 Salve o CC e seu presidium.
 Marcharemos até a vitória da revolução em nossa pátria.
 O CZ DO TATUAPE DO P.C.B."



Voz dos Leitores

Na Convenção dos Moradores de Jacarepaguá:

CAMPONESES ERGUEM VEEMENTE PROTESTO

Lavradores do Guandú do Sapé e do Mendanha denunciam as manobras dos grileiros — Apoio unânime da Convenção à reforma agrária — Programa de reivindicações apresentado pelos camponeses, na Convenção

Os lavradores das fazendas do Guandú do Sapé e do Rio da Prata do Mendanha participaram da Convenção dos Moradores de Jacarepaguá (Distrito Federal) que acaba de realizar-se e ali expuseram as violências de que são vítimas, por parte de elementos inescrupulosos que se dizem donos das terras.

Há mais de 15 anos trabalham os camponeses nas terras daquelas regiões. Agora, a polícia, a serviço do grileiro Dráulio B. Cravo, que não possui qualquer título de propriedade, persegue os camponeses, visando com isso expulsá-los.

A Fazenda do Guandú do Sapé, foi cercada em toda a sua extensão com arame farpado, tentando-se até mesmo impedir a livre locomoção dos colônos e de suas famílias.

Naquela Convenção, propu-

zenda do Rio da Prata do Mendanha e venda aos colônos que nela possuem suas benfeitorias; b) concessão de créditos aos agricultores, a baixos juros e longo prazo, para desenvolvimento de suas lavouras e construção de suas moradias; c) facilidade de aquisição de licença para venda dos produtos nas feiras-livres; d) fornecimento de resíduos, adubos, inseticidas, pequenas ferramentas etc., a preços reduzidos e assistência técnica permanente; e) garantia de preços mínimos para os produtos dos pequenos lavradores; f) extensão da legislação trabalhista ao cam-

pe; g) municipalização dos mercados e sua entrega aos lavradores para a venda direta ao consumidor; h) criação de um posto médico e instalação de um telefone público na localidade, para atender às centenas de famílias residentes na região.

A reforma agrária foi um dos problemas que melhor acolhida tiveram nos debates realizados na Convenção dos Moradores de Jacarepaguá. Foi reconhecida unanimemente a necessidade de assegurar aos camponeses a distribuição de terra para lavrar, bem como de ajuda técnica e financeira.

Grande êxito obteve esse conclave, que debateu de maneira viva e na presença de várias autoridades do governo municipal, os problemas que mais afligem às centenas de milhares de habitantes do Capital da República.

Criada a Ass. de Lavradores de Japiim

Acaba de ser organizada a Associação dos Agricultores e Moradores do Japiim, localidade situada em Granjaninha (Amazonas), o que constitui um fato significativo para o movimento camponês naquele Estado.

Em seu programa de atividade, inclui a Associação a luta por melhores condições de vida e de trabalho para a população trabalhadora local.

No dia 24 de março passado, realizou-se a festa de posse da diretoria, à qual compareceram diversas personalidades de Manaus, inclusive o prefeito dessa capital. Uma peixada, animada por um conjunto musical, seguiu-se à solenidade de posse.

Por ocasião da festa, foi apresentado aos presentes um abaixo-assinado, dirigido ao prefeito de Manaus, solicitando a construção de uma ponte entre o bairro da Raiz e a Colônia do Crespo. Esse memorial foi imediatamente assinado por todos os presentes.

Prepara-se agora a Associação de Japiim para prosseguir em sua atividade, em defesa das reivindicações de seus lavradores.

Pela Baixa Dos Preços de Arrendamento

Importante decisão acaba de tomar a Câmara Municipal de Miguelópolis (São Paulo), em benefício dos interesses das massas camponesas. Por unanimidade, aprovaram os vereadores um requerimento solicitando à Câmara F. a aprovação de uma lei no sentido da baixa do preço dos arrendamentos de terra para plantação de cereais e outras lavouras.

Esse requerimento, apresentado pelo vereador Nicandro Batista, resultou de um abaixo-assinado dirigido à Câmara de Miguelópolis por inúmeros meeiros e arrendatários daquela localidade.

A Câmara Municipal, atendendo ao pedido que lhe fora formulado pelos lavradores, deu assim uma demonstração de seu interesse em ver solucionado um dos mais sérios problemas que enfrentam os que trabalham no campo — o do preço e dos contratos de arrendamento da terra.

Cabe agora aos meeiros e arrendatários de Miguelópolis insistir junto aos vereadores para que se empenhem, por todos os meios ao seu alcance pela apresentação e aprovação da lei que assegure realmente a baixa do preço dos arrendamentos.

Ensinamentos do VIII Congresso...

Conclusão da pga central lismo e luta quando a burguesia se opõe à classe operária. Mas essa luta, feita de forma adequada, tem como objetivo a união com a burguesia. Em relação aos partidos burgueses, preconiza a mesma posição de união e crítica, isto é, apoio a todos os seus atos antiimperialistas e crítica a todos os seus atos anticomunistas e reacionários. Segundo a experiência do Partido Comunista chinês, o emprégo exclusivo de um método conduz a erros: lutar apenas, sem procurar a união, é um erro esquerdista; procurar a união sem a luta, é um erro oportunista de direita. Nesse sentido, os camaradas chineses demonstram que, como a burguesia nacional é também opressora dos operários a classe operária necessita lutar contra ela e recorrer às greves. Mas essa luta — acrescentam — deve realizar-se com razão, com vantagens e com limites, o que significa: ao empreender uma luta devemos estar seguros de que temos razão, de que é possível a vitória e, quando a luta chegar a uma determinada etapa, concluí-la adequadamente.

MODÉSTIA EXEMPLAR DOS COMUNISTAS CHINESES

Um aspecto que não podemos deixar de salientar, pois que se revelou em todos os contactos mantidos por nós com os camaradas chineses, desde simples militantes de base até os dirigentes dos organismos superiores, é o espírito de modéstia em que são educados pelo seu Partido. Em vez da auto-suficiência pelos seus conhecimentos, da jactância pelas suas realizações grandiosas, o que sentamos nos camaradas do P.C. da China foi sempre uma atitude equilibrada e prudente, o desejo de aprender mais e fazer melhor, um acentuado espírito autocrítico em todo o seu trabalho. "Queremos que nos critiquem" — esta foi a expressão que mais ouvimos em toda a nossa viagem pela China, e a ouvimos da boca de diretores de fábricas e presidentes de cooperativas, de zeladores de museus e reitores de universidades, de funcionários de comitês municipais e de membros do Comitê Central. Este foi um grande ensinamento que não devemos esquecer.

DIFUNDIR E ESTUDAR A EXPERIÊNCIA DO P.C. CHINÊS

Ao estudar a experiência do Partido Comunista da China, fortalecemos a convicção de que o nosso Partido poderá dar rapidamente grandes passos se procurar unir a verdade geral do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução brasileira. Baseados nos princípios da ciência revolucionária do proletariado e assimilando com espírito crítico a experiência dos Partidos Irmãos, devemos voltar-nos para um estudo e uma compreensão mais profundos da realidade de nosso país. Neste sentido, julgamos que uma tarefa fundamental colocada ante nosso Partido é iniciar a sistematização e a generalização de sua experiência revolucionária, a fim de que nossos militantes e dirigentes possam ser educados no conhecimento da história do Partido, das causas profundas de seus êxitos e de seus reveses.

Considerando a grande importância da experiência do Partido Comunista da China para a atividade dos comunistas brasileiros, achamos que é necessário tomar medidas práticas a fim de que esta experiência seja mais conhecida e estudada por todo o Partido.

Camaradas:

Em contacto com os camaradas chineses e com centenas de camaradas de outros países que assistiram ao VIII Congresso do P.C. da China, sentimos de perto a grande força de ajuda mútua e da solidariedade fraternal entre os Partidos Comunistas. Ao terminar, expressamos o desejo de que o nosso Partido continue a fortalecer seus laços de amizade e cooperação com o Partido Comunista da União Soviética, com o Partido Comunista da China e com todos os partidos irmãos que lutam pela causa do comunismo.

Lavradores de Marília Querem A Divisão da Fazenda Revoredo

Os lavradores da cidade de Marília (São Paulo) empenham-se por conseguir que a Fazenda Revoredo, de propriedade do Estado e que está há muitos anos abandonada, seja dividida em pequenos lotes entre as famílias que os quiserem cultivar.

Uma mensagem, assinada pelas mais representativas personalidades de Marília, será enviada ao governador paulista, nesse sentido.

Aquela antiga fazenda, que possui cerca de 1.000 alqueires paulistas, está abandonada há mais de 8 anos sem qualquer aproveitamento constituindo foco de disseminação de saúva, broca de café, bicho mineiro e outras pragas. Pleiteiam os lavrado-

res que seja ela dividida em lotes de no máximo 10 alqueires os quais serão arrendados ou vendidos aos que se proponham cultivá-los, adotando a policultura ou a criação variada de aves.

Subscreveram a mensagem a ser enviada ao Sr. Jânio Quadros, o presidente da Câmara Municipal, o vice-prefeito, vários vereadores, o presidente da Associação Comercial presidentes de associações de trabalhadores, industriais e comerciantes de Marília.

Trata-se, sem dúvida, de uma justa reivindicação de centenas de famílias que trabalham na terra e que deverão ser atendidas, se os mesmos se empenharem na luta por conseguí-la, com energia e decisão.



SALVAGUARDAR A UNIDADE DO CAMPO...

Conclusão da 4a pag. Junto da classe operária. E por isso que somos contra as greves. Sem negar aos operários o direito de fazer greve, devemos, entretanto, dizer a eles: as greves não são o meio de melhorar as condições de vida, elas não aumentam a riqueza nacional mas, pelo contrário, a reduzem.

AS RELAÇÕES COM OS OUTROS PARTIDOS COMUNISTAS

Não constitui nenhuma revelação dizer que em certas questões, e por vezes em questões importantes, existem diferenças de opiniões. Nosso Partido acredita que essas diferenças de opiniões, existentes entre partidos do movimento revolucionário da classe operária, não somente não enfraquecem o internacionalismo proletário mas lhe dão mais cor, atestando-lhe a saúde, sob a condição de que tais diferenças sejam abordadas entre os partidos na base da unidade ideológica, na base dos princípios gerais conjuntamente reconhecidos, que todos os partidos devem aplicar na luta para derrocar o sistema capitalista e construir o sistema socialista. Nas relações interpartidárias, nós sempre acentuamos e reforçamos o que pode nos unir com outros partidos comunistas e operários, deixando de lado, para decisão oportuna, o que puder nos dividir.

A AMIZADE SOVIÉTICO-POLONESA

Como resultado das condições dos dois últimos anos, como consequência de tudo que foi esclarecido e revelado em relação com o culto à personalidade, como resultado dos desvios que ocorreram nas relações soviético-polonesas, e também como resultado dos acontecimentos da

Hungria, alguns membros de nosso Partido perderam a orientação revolucionária do marxismo-leninismo, o que, em particular, encontrou sua expressão em diferentes tipos de intervenções públicas infundadas contra a União Soviética e seu Partido Comunista.

No VIII Pleno nosso Partido apresentou claramente a questão de como devem ser as relações entre os países socialistas, inclusive as relações entre a Polónia e a União Soviética. No entanto, nós de modo algum violamos os princípios do internacionalismo proletário, mas, ao contrário, nos orientamos precisamente por esses princípios em nossa posição. Por isso, nosso Partido condena decididamente tudo aquilo que for dirigido contra a unidade do campo dos Estados socialistas, tudo o que mine a amizade e a aliança soviético-polonesa, que infrinja o princípio do internacionalismo.

Nossa força e a força da Polónia popular, nossas perspectivas de avançar com êxito para um futuro melhor à base do desenvolvimento da construção socialista em nosso país, nossa independência e nossa soberania consistem na unidade de todos os Estados socialistas, consistem antes de tudo na aliança soviético-polonesa.

Nós rechacamos e rechacaremos em nosso Partido todas as tentativas absurdas de buscar um «comunismo nacional». Simultaneamente, lutaremos, de acordo com a nossa compreensão da ciência marxista criadora, de acordo com as nossas condições, pela realização dos ideais do socialismo, fortalecemos nossa colaboração nos mercados da grande amizade dos Estados socialistas e do movimento operário internacional.

PELA UNIDADE DO CAMPO SOCIALISTA

Nosso partido deve salvaguardar como a menina dos seus olhos, a unidade do campo dos Estados socialistas e a unidade do movimento internacional da classe operária dirigido pelos partidos comunistas e operários. Nós podemos divergir de outros partidos na apreciação dos acontecimentos na Hungria. Mas isso não muda a compreensão comum de que para salvar a paz e a segurança de todos os países socialistas a assistência do exército soviético, na supressão da contrarrevolução, foi uma triste mas inevitável necessidade.

O Partido Socialista Unificado da Alemanha tem em nosso Partido um aliado leal na sua luta pela unificação da Alemanha. Com o outro partido vizinho, o Partido Comunista da Tchecoslováquia, o partido polonês está estreitando os laços internacionalistas. Nosso Partido observa com profunda simpatia a atividade do Partido Comunista da China que está, com a maior audácia, desenvolvendo os ensinamentos criadores do marxismo-leninismo.

O exemplo de muitos partidos mostra que está ocorrendo uma busca de novos métodos de trabalho político, no movimento internacional da classe operária. Nosso partido segue o mesmo caminho. Esta busca somente poderá ser frutífera quando não obscurecer a diferença fundamental, as contradições fundamentais, entre o capitalismo e o socialismo.

O rumo da política exterior polonesa se baseia no inflexível e inabalável desejo de evitar a guerra e de conter as forças belicistas do imperialismo.

Os Trabalhadores Não Admitem A Extinção da Estabilidade

ESTABILIDADE e artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho: «O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.» E acrescenta o

«Par. único — Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja a disposição do empregador.»

Assim, a 1ª de maio de 1943, transformava-se em lei uma aspiração antiga dos trabalhadores brasileiros — assegurar a permanência no emprego, afastar o perigo da dispensa em massa ou sem qualquer motivo, fazer desaparecer a ameaça permanente de desemprego e de fome.

De acordo com a legislação então aprovada, o empregador ficava obrigado a pagar ao operário, no caso de dispensa após 10 anos de serviço, uma indenização em dobro — isto é, pagaria dois meses de salário por cada ano de serviço, ao invés de pagar somente um mês, como acontece quando o trabalhador tem menos de dez anos de casa. Essa seria a forma de evitar a despedida sumária do operário, deixando-o na miséria.

Foi um direito conquistado pelos trabalhadores após anos e anos de duras lutas. Em 1946, a Constituição iria dar nova força a esse direito. Em seu art. 157, § XII, diz ela:

«Estabilidade, na empresa ou na exploração rural e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei permitir.»

Mas apesar de sua consagração legal, passou a ser aquela mais sujeita à burla e à fraude, por parte dos patrões.

Os patrões burlam a lei, contra os operários.

Logo depois, a lei da estabilidade feriu os interesses de centenas de milhares de bancários, em todo o país. Estes trabalhadores já tinham direito à estabilidade após dois anos de serviço. Com a nova lei, em 1943, ficaram sujeitos também ao tempo de serviço de 10 anos.

De todas as formas procuram os patrões burlar a lei. Inúmeras «saídas» encontram eles, para fugir à obrigatoriedade de pagar a indenização em dobro e para impedir que o operário complete os 10 anos de serviço. Assim, por exemplo, é prática geral das grandes empresas industriais e comerciais, despedir o trabalhador quando este completa 8 anos de casa ou, no máximo, 9 anos.

Outra forma consiste em transferir o operário já estável para outra fábrica, de propriedade dos mesmos donos, muito distante daquele em que ele trabalhava e de seu local de residência. Isso impossibilita o operário de continuar trabalhando para o mesmo patrão e o obriga a entrar em «acórdos», sujeitando-o a receber uma indenização inferior àquela a que tem direito.

É comum também o patrão alegar dificuldades financeiras — como está ocorrendo atualmente na indústria têxtil e de calçados, principalmente — e fazer dispensas em massa de operários, furstando-se a pagar a indenização em dobro, a que estes têm direito.

Atacada a lei da estabilidade

Em abril deste ano, chegaram aos ouvidos dos trabalhadores notícias alarmantes: seria extinta a lei da estabilidade. A Confederação Nacional das Indústrias e o Conselho Nacional de Economia opinavam pela necessidade de «reverter» a legislação referente à estabilidade, pois esta constitua, segundo aqueles órgãos, um impedimento para o desenvolvimento industrial do país.

Um «Congresso do Traba-

A exposição do Conselho Nacional de Economia

Em sua exposição anual sobre a situação econômica do Brasil, referente ao ano de 1956, dizia o Conselho Nacional de Economia que a estabilidade faz baixar a produtividade do empregado na empresa e assim, impede o desenvolvimento econômico

do país, pois dificulta o aumento mais rápido da produção. Além disso, a estabilidade do empregado implica em imobilidade da empresa, quanto à sua localização, impedindo a transferência do empreendimento.

Ora, isso é falso. A produ-



Na fachada do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, dirigentes sindicais colocam uma faixa, iniciando a campanha em defesa da lei da estabilidade.

órgão consultivo e formado em sua quase totalidade pelos mesmos patrões que estão na CNI — a fim de que desse parecer.

O parecer do Conselho de Economia, como era de esperar foi inteiramente favorável à cassação da estabilidade dos empregados. E o sr. Kubitschek, sempre apressado quando se trata de tomar medidas antioperárias e anti-populares, enviou ao Congresso aquele parecer, acompanhado de mensagem, para que fosse transformado em lei.

Quais as razões apresentadas pelos patrões para exigir a queda da estabilidade?

Na Assembléia Legislativa de S. Paulo, o deputado Wilson Rahal levantou a questão e a Câmara aprovou moção contra a extinção desse direito.

Cada sindicato paulista iniciou o envio de telegramas às autoridades federais, protestando contra as ameaças às

Séria ameaça pesa sobre a estabilidade dos trabalhadores — Parecer do Conselho Nacional de Economia que atenta contra esse direito, conquistado em 1943 — Mantém-se vigilantes os trabalhadores, dispostos a recorrer à greve, caso se concretize a ameaça — Quase cem mil assinaturas já foram enviadas ao Presidente da República

ção industrial brasileira tem aumentado num ritmo apreciável e uma das causas desse aumento está justamente no aumento da produtividade do trabalho do operário — apesar da estabilidade. E os patrões asseguram esse aumento da produtividade intensificando a exploração dos trabalhadores: por exemplo, muitos tecelões que há poucos meses tocavam apenas 5 ou 6 teares, hoje estão tocando 20 a 22 teares.

Por que, então, é preciso acabar com a estabilidade para que haja desenvolvimento da produção?

Trata-se, portanto, como fica evidente, de defender antes e acima de tudo — segundo a opinião do Conselho Nacional de Economia — os interesses dos patrões. Permitir-lhes transferir livremente as empresas, para fazer especulação imobiliária; transferir livremente os operários de uma cidade para outra; poder fugir ao pagamento das indenizações, para que não haja «desinvestimento» etc. etc. Para os patrões — vale tudo. Para os empregados, anular os direitos já conquistados. O mesmo CNE propôs o congelamento dos atuais salários-mínimos e a restrição ao direito de greve.

leis da estabilidade. Inúmeras entrevistas de dirigentes sindicais, enquetes às portas de fábricas, declarações e artigos, começaram a ser publicados nos jornais.

Na capital de S. Paulo, no dia 26 de abril, realizava-se diante da Assembléia Estadual uma grande concentração popular onde predominavam os trabalhadores, exigindo respeito à estabilidade.

Até o dia 12 de maio corrente, já haviam sido enviados ao presidente da República, 60 mil abaixo-assinados de trabalhadores, exigindo «medidas concretas contra a carestia; liberdade sindical; abolição do imposto de renda sobre salários; manutenção dos direitos dos trabalhadores consubstanciados na Consolidação, principalmente a estabilidade, contra o qual manobram os maus empregadores; revogação do inconstitucional decreto 9.070».

Os bancários paulistas tiveram uma iniciativa interessante: distribuíram em todos os estabelecimentos bancários da capital 800 jogos de seis abaixo-assinados cada um, dirigidos ao presidente da República, do Senado, Câmara Federal, ministro do Trabalho, a um senador e a um deputado federal (estes dois últimos de livre escolha do trabalhador). Cada signatário remete os seus seis formulários a cada destinatário. É o que eles chamam «o efeito da gota d'água» e que já deu ótimos resultados, para a conquista de outras reivindicações.

Através do Pacto de Unidade Inter-sindical, que comanda as lutas das massas trabalhadoras paulistas, agrupando dezenas de sindicatos das mais importantes categorias profissionais, desenvolve-se intensa mobilização contra qualquer atentado que venha a ferir a lei da estabilidade.

Tenta desmentir o Conselho Nacional de Economia

Diante do movimento vigoroso de protesto dos trabalhadores e do pronunciamento da Assembléia Estadual paulista, o Conselho de Economia foi obrigado a manifestar-se. Em ofício enviado a essa Câmara, no dia 22 de abril do corrente ano, tentava aquele órgão consultivo desfazer algumas dúvidas.

«Este Conselho de forma alguma cogita de propor a eliminação do direito à estabilidade. Ao contrário, o que tem em vista, nos estudos a que está procedendo, é dar mais eficiência a esse direito» — afirma o presidente do Conselho, em seu ofício.

No entanto, logo a seguir, volta a insistir longamente na necessidade de «regularizar» e «amplicar» o direito à estabilidade, de incluí-lo no seguro social, a fim de preservar a produtividade e o desenvolvimento industrial.

Portanto, a ameaça persiste. Os patrões pressionam o governo para revogar o art. 492 da Consolidação. Por outro lado, notícias já divulgadas na imprensa brasileira e do exterior, dizem que os capitalistas estrangeiros, principalmente os norte-americanos, alegam que uma das cau-

sas que os têm impedido de fazer maiores investimentos de capitais é a lei da estabilidade. Se o governo brasileiro quiser que venham mais

dólares — dizem claramente os grandes monopolistas — deve revogar a legislação trabalhista, antes de tudo a estabilidade.



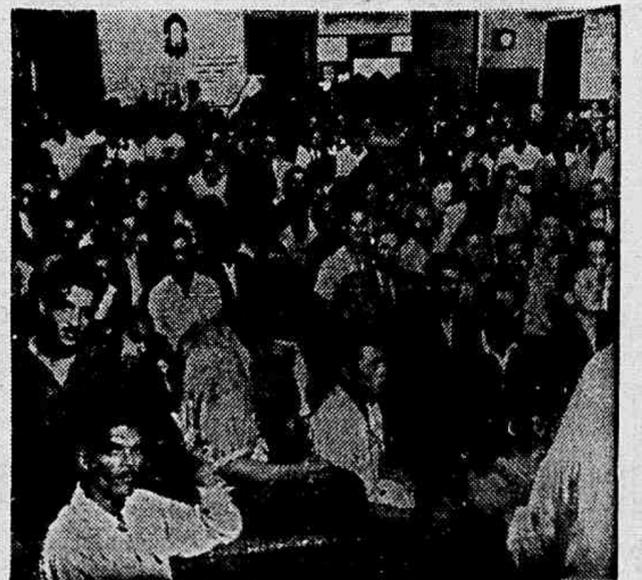
Salvador Romando Losacco, presidente do Pacto de Unidade Inter-sindical de São Paulo, poderosa organização que dirige a luta dos trabalhadores paulistas em defesa da estabilidade.

OS TRABALHADORES NÃO PERMITIRÃO QUALQUER ATENTADO

Os trabalhadores brasileiros não podem aceitar os argumentos do Conselho de Economia e da Confederação da Indústria. Eles são os maiores interessados em que haja desenvolvimento econômico do Brasil, mas não podem concordar em que isso se faça à custa de seus direitos.

Proseguem a cada dia que passa as dispensas em massa de operários. Somente na capital de S. Paulo, anunciavam os jornais dos últimos dias a existência de cerca de 200 mil desempregados. Na indústria têxtil, o número já atinge a 30 mil. Inúmeras fábricas já fecharam suas portas e outras ameaçam fazer o mesmo. Na capital da República, em Pernambuco, no Ceará e em outros Estados, essa é a situação.

Diante de tudo isso, cabe aos trabalhadores prosseguir na luta em defesa da garantia dos direitos já conquistados e por sua ampliação. Não permitir que qualquer atentado seja cometido contra qualquer um deles, desfazer os argumentos dos patrões e do governo e defender de maneira enérgica e intransigente melhores condições de vida e de trabalho.



Em movimentadas assembleias, os trabalhadores exigem respeito à lei da estabilidade.